



**Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciência da Informação - FCI
Curso de Graduação em Museologia**

Isabela Sousa Curvo

**PROJETO EXPOGRÁFICO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA
FEDERAL: uma proposta museológica.**

Brasília
2013

Isabela Sousa Curvo

**PROJETO EXPOGRÁFICO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA
FEDERAL: uma proposta museológica.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Museologia.

Orientação: Professora Msc. Monique Batista Malgadi.

Brasília
2013



FOLHA DE APROVAÇÃO

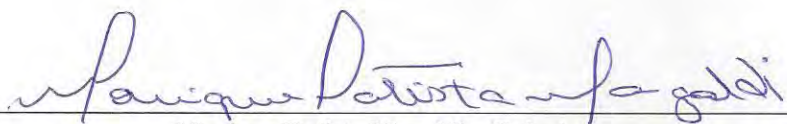
PROJETO EXPOGRÁFICO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS POLÍCIA FEDERAL: uma análise museológica

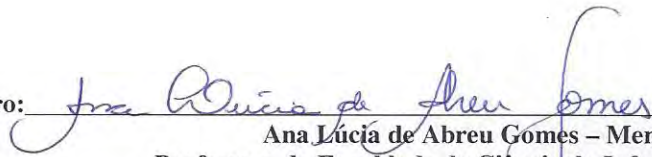
Aluno: Isabela Sousa Curvo 09/0117174

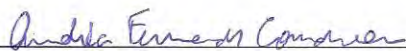
Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Orientadora: 
Monique Batista Magaldi – Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Mestre em Museologia

Membro: 
Ana Lúcia de Abreu Gomes – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em História

Membro: 
Andrea Fernandes Considera – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Mestre em História

Brasília-DF, 16 de dezembro de 2013.

Dados internacionais de catalogação-na-Publicação (CIP)

C981c

Curvo, Isabela Sousa.

Projeto expográfico do Centro de Memória da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal: uma análise da proposta realizada em 2013 / Isabela Sousa Curvo. Universidade de Brasília: Brasília, 2013.

126 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso de Museologia da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do grau de bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Msc. Monique Batista Malgadi

1. Instituição de Memória 2. Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal I. Título.

CDU – 069

Aos meus pais,

Fernanda Lima Sousa e Luiz Marcio Ambrosio Curvo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Monique Magaldi, por todo o aprendizado e o grande enriquecimento proporcionado ao prosseguimento da minha futura carreira.

Agradeço à minha família, base de tudo! Agradeço aos meus pais: Fernanda Lima Sousa e Luiz Marcio Ambrosio Curvo e aos meus irmãos: Mariana Sousa Curvo e Luiz Felipe Sousa Curvo, por tudo aquilo que representam para mim!

Agradeço também a todos os meus amigos!

Agradeço, por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a elaboração deste trabalho.

“Eu quero ser tudo que sou capaz de me tornar.”

Katherine Mansfield

RESUMO

O presente trabalho apresenta os procedimentos envolvidos no processo de concepção de montagem de exposição museológica em um centro de memória do Distrito Federal. O objetivo pretendido foi experimentar o processo de criação de um projeto expográfico, em uma instituição não considerada, pela atual administração, como sendo espaço museal. O referido centro de memória é, atualmente, definido como sendo, somente, um espaço que preserva a memória institucional. A metodologia utilizada baseou-se no levantamento bibliográfico, pesquisa documental, observação institucional e aplicação do 'Fluxograma' desenvolvido por Cury para 'concepção' de exposição, definida como concepção museológica. O resultado obtido foi a verificação da aplicabilidade dos estudos desenvolvidos no campo da Museologia, a partir da criação do projeto expográfico, concretizado virtualmente, em uma maquete eletrônica em 3D, no programa Scketchup.

Palavras-chave: Museologia. Processo Museológico. Expografia. Centro de Memória. Acervo.

ABSTRACT

This paper presents the procedures involved in the design of mounting museum exhibition in a memory center of the Distrito Federal. The intended goal was to experience the process of creating an expography project in an institution not considered by the current administration, as museum space. The memory center is currently defined as only a space that preserves the institutional memory. The methodology used was based on the literature survey, documentary research, institutional observation and application of the 'flowchart' developed by Cury for 'design' of exhibition, defined as museological conception. The result was the verification of the applicability of the studies developed in the field of museology, from the creation of expography project, implemented virtually in a 3D computer model, in Scketchup program.

Keywords: Museology. Museological Process. Expography. Memory Center. Collection.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fluxograma da elaboração de um projeto de exposição	45
Figura 2 - Termômetro e Higrômetro	58
Figura 3 - Luxímetro	58
Figura 4 - Foto do espaço atual do Centro de Memória-APDF	61
Figura 5 - Foto do espaço atual do Centro de Memória-APDF	62
Figura 6 - Planta baixa do térreo (ADPF)	63
Figura 7 - Planta baixa do térreo (ADPF)	63
Figura 8 - Planta criada em plataforma 3D	64
Figura 9 - Criação das paredes da sala do auditório na plataforma 3D (desenvolvimento da maquete eletrônica)	64
Figura 10 - Sugestão para o auditório	65
Figura 11 - Visão geral do layout da exposição	66
Figura 12 - Parede 1 (exposição)	67
Figura 13 - Parede 2 (exposição)	68
Figura 14 - Parede 3 e 4 (exposição)	68
Figura 15 - Parede 5 (exposição)	69
Figura 16 - Parede 6 (exposição)	69
Figura 17 - Parede 7 (exposição)	70
Figura 18 - Totem digital (exposição)	71
Figura 19 - Parede 8 (exposição)	71
Figura 20 - Parede 9 (exposição)	72
Figura 21 - Percurso expográfico	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
ANP	Academia Nacional de Polícia
CM-ADPF	Centro de Memória da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
DPF	Departamento de Polícia Federal
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Icofom	The main ICOM international forum for museological debate (O principal fórum internacional do ICOM para debate museológico)
Icom	International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)
PNM	Política Nacional de Museus
Unesco	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		01
CAPÍTULO 1		
1.	MUSEOLOGIA, MUSEUS E EXPOSIÇÕES: interfaces com Centros de Memória	07
1.1	Museologia	08
1.2	Museus: origem e definições	11
1.3	Exposições museológicas	18
1.4	Centro de Memória e a sua relação com o Processo museológico e o Processo curatorial	22
CAPÍTULO 2		
2.	INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E SEUS ACERVOS: alguns termos e conceitos	26
2.1	Memória	27
2.2	Memória empresarial	29
2.3	Objetos, acervos, coleções e patrimônios: representações da memória	31
2.4	Representações da memória: acervo da ADPF	35
CAPÍTULO 3		
3.	ESTUDO DE CASO: concepção expográfica do Centro de Memória da ADPF	38
3.1	Histórico e missão da ADPF	40
3.1.1	Centro de Memória da ADPF	41
3.2	Concepção do Projeto Expográfico	44
3.2.1	Análise de conservação do acervo selecionado	49
3.2.2	Proposta Museológica: narrativa expográfica	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS		74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		78
ANEXOS		
	ANEXO A - Textos da exposição	83
	ANEXO B - Etiquetas	92

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de bacharelado em Museologia, é o resultado de reflexões obtidas a partir do estágio desenvolvido no Centro de Memória da Associação dos Delegados da Polícia Federal (CM-ADPF), em Brasília, no Distrito Federal. Ao observar os processos de documentação, conservação e comunicação do referido Centro de Memória, foi possível compreender as dinâmicas que qualificam e diferenciam tais instituições.

Para Fontanelli, uma das etapas da concepção de um centro de memória é a “realização de atividades para a divulgação do acervo”¹. Com base em tal perspectiva, compreendemos que a divulgação pode também ser estabelecida por meio de exposições temporárias ou de longa duração. Neste aspecto, o presente trabalho dedica-se a uma sugestão de um projeto expográfico para o CM-ADPF, a partir de estudos teóricos do campo da Museologia, mesmo não sendo esta considerada uma Instituição museal pela atual direção.

Fundada em 29 de outubro de 1976, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) tem por missão “Servir aos Delegados de Polícia Federal que são associados à organização, com serviços e benefícios assistenciais e defender os direitos e prerrogativas da classe, contribuindo sempre para a satisfação destes”², tendo sido a primeira entidade de classe de representatividade dos delegados de Polícia Federal no Brasil. O CM-ADPF, para a atual gestão, tem como objetivo principal preservar e divulgar o patrimônio cultural e a memória institucional. Segundo Paulo Nassar, a importância da preservação da memória institucional baseia-se no

importante conjunto de acervos históricos [que] deve ser preservado e colocado à disposição da sociedade. As empresas possuem verdadeiros tesouros relacionados ao

¹ FONTANELLI, Silvana A. **Centro de Memória e Ciência da Informação**: uma Interação necessária. São Paulo, 2005. 105f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Escola de comunicações e Artes. Universidade de São Paulo.

² Sobre a ADPF. Disponível em: <<http://www.adpf.org.br/adpf/portal/institucional/institucional.wsp>>. Acessado em: 20 de out. de 2013.

desenvolvimento das pessoas, das cidades, dos negócios e da comunicação empresarial.³

A concepção do Centro de Memória – ADPF foi impulsionada pela necessidade de preservar a memória institucional, em reconhecimento aos pioneiros, aos idealizadores, aos demais delegados e delegadas, e todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, na trajetória histórica da Instituição.

A importância da criação de uma instituição de memória justifica-se quando buscamos a compreensão do que é memória. Segundo Le Goff⁴, a memória é entendida como elemento fundamental na formação da identidade cultural, individual e coletiva, na instituição de tradições e no registro de experiências significativas. A partir de tal concepção, entendemos que preservar a memória da instituição dos delegados federais é uma tentativa de dar continuidade às tradições, valorizando os grandes feitos da entidade.

Enquanto projeto, e que não tem a pretensão de ser realizado pelo CM-ADPF, por ser uma atividade experimental do curso de graduação em Museologia, justifica-se pela viabilidade institucional, técnica e orçamentária, por entendermos ser o projeto expográfico um instrumento importante para os Centros de Memórias, enquanto meio de comunicação entre o patrimônio institucional e o público-alvo, e que propicia um espaço de interação e desenvolvimento cultural.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é elaborar um projeto expográfico para o Centro de Memória da ADPF. Os objetivos específicos buscam relacionar a importância institucional à missão e ao acervo do CM-ADPF, a partir de reflexões teóricas no campo da Museologia. Para isso, ressalta-se a importância de: definir o conceito da exposição; elaborar a concepção museológica e espacial em uma expografia que espelhe a identidade atual da instituição, a partir do fluxograma apresentado por Cury para concepção museológica (ver capítulo 3), além de verificar a aplicabilidade da teoria museológica em espaços não-museais.

³ NASSAR, Paulo (Coord.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas**, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, 2004. 126 p.

⁴ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

É importante ressaltar que o presente trabalho não intenciona definir os centros de memória como “museu”, mas sim apresentar de que forma é possível aplicar teorias e práticas do campo da Museologia no fazer expográfico de uma instituição de memória.

No que tange aos eixos temáticos, por envolver estudos sobre o desenvolvimento e análise do processo de criação de um projeto expográfico, no campo da Museologia, entendemos que o presente trabalho enquadra-se no eixo temático “Teoria e Prática Museológica” do currículo do curso de Museologia da Universidade de Brasília.

No âmbito da metodologia, o presente trabalho baseou-se em uma pesquisa aplicada, a qual partiu de ações de investigação e aplicação da hipótese sugerida no modelo apresentado pela autora Marília Xavier Cury sobre a concepção museológica em exposições. Enquanto pesquisa aplicada, os conhecimentos adquiridos foram utilizados em prol de uma prática aplicada à problemática de concepção e registro do projeto expográfico. Na primeira etapa, realizou-se levantamento bibliográfico no campo da Museologia, da comunicação e conservação, além da pesquisa histórica, com base no acervo do CM-ADPF. Paralelamente, foram realizadas observações quanto ao diálogo existente entre a missão da Associação e o acervo do Centro de Memória, por meio dos documentos de criação da instituição e fichas catalográficas dos objetos preservados pela instituição. Em seguida, foram feitos estudos sobre o espaço, formato e composição da hipotética expografia.

Por fim, estruturou-se o projeto expográfico a partir dos dados coletados e da definição do público-alvo da exposição. Para estruturar o projeto expográfico, utilizou-se o fluxograma de Cury como ponto de partida, sendo a ação seguida pela criação da maquete eletrônica, em 3D, estruturada em núcleos/ módulos, a partir dos espaços escolhidos para o desenvolvimento da narrativa expográfica institucional.

No que tange à aplicação dos conhecimentos obtidos no curso de graduação em Museologia, o desenvolvimento da expografia, a qual pode ou não ser implantada pela referida instituição, partiu de uma concepção museológica baseada na discussão do tema da exposição, sendo o seu corte conceitual definido a partir das seguintes etapas: levantamento do acervo e da missão da ADPF; definição dos conceitos a serem abordados; definição dos

objetivos e justificativas da exposição; definição do público-alvo; definição do tema; elaboração do laudo técnico do estado de conservação do acervo selecionado para compor a exposição. Para a concepção espacial, foi elaborada a planta conceitual, a partir da definição do circuito expositivo. Outro aspecto importante a ser ressaltado é a definição do padrão de composição visual da expografia, composição esta abalizada no perfil da instituição e nos anseios da equipe técnica do centro de memória da ADPF.

Por ser uma instituição voltada para associados da instituição, composto por delegados da Polícia Federal, ativos e inativos, a proposta expográfica definiu ser este o público-alvo da atividade. A partir do perfil da instituição, perfil este traçado a partir dos documentos de criação e do acervo preservado, estabelecemos uma proposta de layout, mais clássico e baseado nos feitos da instituição e de seus associados. A partir de tal interpretação e definição da identidade visual, foi possível construir a visualidade tridimensional virtual da exposição e a definição dos recursos expográficos a serem utilizados, podendo ser percebidas através da maquete eletrônica desenvolvida no programa *SketchUp*⁵.

Para estruturar a pesquisa desenvolvida, enquanto um trabalho acadêmico, o qual exige reflexões teóricas sobre os assuntos abordados, o presente trabalho foi dividido em 3 capítulos. No capítulo 1, serão apresentados apontamentos sobre a Museologia e a sua relação com os museus, a partir de referências teóricas sobre a Museologia, a sua relação com os museus – origem e definições - para estabelecer pontes e ampliações sobre estudos desenvolvidos no campo da Museologia. Discutiremos acerca do “fazer museológico” e as suas possíveis aplicações, fazeres estes não mais restritos, na atualidade, aos espaços museais.

O capítulo 2 pretende apresentar conexões entre termos e conceitos mais abordados durante o desenvolvimento do trabalho como: memória, memória institucional, objeto, acervo, coleção, patrimônio, museografia e expografia. Por fim, são apresentadas reflexões sobre o acervo da instituição estudada.

⁵ O SketchUp é um software desenvolvido para a criação de modelos em 3D no computador. A versão gratuita está disponível no site <http://www.sketchup.com/pt-BR/download>. O software é licenciado por “Google Company ©”

No capítulo 3, último capítulo, apresentaremos o estudo de caso, o desenvolvimento do projeto expográfico do Centro de memória da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Para tanto, serão tratadas questões como histórico da associação e origem do Centro de Memória da Instituição. Nele também apresentaremos uma sugestão de projeto expográfico, incluindo a concepção museológica, enquanto projeto de narrativa expográfica, e a criação da maquete eletrônica⁶, em 3D, da exposição: “Associação Nacional do delegados da Polícia federal: 37 anos em prol dos associados e da Polícia Federal”

⁶ Maquete eletrônica (Vídeo). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ehhpLFu0OFc&feature=youtu.be>. Acessado em: 20 nov. de 2013.

CAPÍTULO 1

MUSEOLOGIA, MUSEUS E EXPOSIÇÕES: interfaces com Centros de Memória

1. Museologia, museu e exposições: interfaces com Centros de Memória

Apresentamos, neste capítulo, reflexões sobre a Museologia, a sua relação com os museus, algumas questões teóricas sobre exposições museológicas e a aplicação do processo museológico e curatorial em Centros de Memória. Consideramos que os conhecimentos museológicos podem ser aplicados em instituições não-museais.

1.1 Museologia

Para que seja possível iniciar a discussão acerca do processo museológico a ser desenvolvido no Centro de Memória – ADPF, se faz necessária uma reflexão inicial sobre alguns termos como Museologia, museus e exposições.

O estudo da Museologia na atualidade tem gerado grandes diálogos entre pesquisadores que estudam a área e a sua relação com os museus. O conceito de museu passa a ser mais abrangente com as definições apresentadas pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), com o passar dos anos. Citemos, por exemplo, o ICOFOM, Comitê Internacional de Museologia do ICOM, o qual surge como um espaço privilegiado de discussão da Museologia. Inicialmente criado com o objetivo de configurar a Museologia como um campo de estudo independente, por meio de discussões de um comitê específico para Museologia, voltou-se para a disseminação de publicações que conceituassem a área, possibilitando, assim, o início à sistematização da Museologia. O papel do comitê foi, a princípio, descobrir os conteúdos da Museologia desenvolvendo pesquisas, análises e debates¹.

Suely Moraes Cerávolo diagnostica o objetivo primário do ICOFOM: “O primeiro programa trienal tratou da pesquisa, das relações entre museus, instâncias governamentais e outras fontes de financiamento, e suas relações com outras instituições culturais”². As discussões da área produziram

¹ CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma Teoria da Museologia. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 12, n. 1, 2004, p.239.

² Idem, p.240.

resultados significativos ao tentar delimitar o objeto de estudo da Museologia. Cerávolo³ aponta que a Museologia, inicialmente, era tida como uma área técnica que objetivava instruir funcionários a trabalharem em museus, visão esta que será tida como limitada e posteriormente será reformulada.

Inicialmente, a Museologia estaria relacionada unicamente aos museus. A partir das reflexões desenvolvidas no âmbito do ICOM, especialmente através dos estudos realizados pelos integrantes do ICOFOM, novas concepções sobre os museus e a Museologia surgiram. Atualmente, o entendimento sobre a Museologia, para alguns teóricos, está dissociado dos museus. A Museologia pode se desenvolver em outros espaços, não somente em instituições museais.

Paralelamente, o próprio conceito de Museu sofreu alterações. Stránský rompe com o paradigma do museu-instituição, ampliando o objeto de estudo da Museologia ao fenômeno museu. O teórico define a musealidade como uma propriedade do objeto e a Museologia como responsável pelo estudo sistemático de tal informação.

[...] uma abordagem específica do homem frente à realidade, cuja expressão é o fato de que ele seleciona alguns objetos originais da realidade, insere-os numa nova realidade para que sejam preservados, a despeito do caráter mutável inerente a todo objeto e da sua inevitável decadência, e faz uso deles de uma maneira, de acordo com suas próprias necessidades⁴.

No Brasil, Scheiner apresenta uma definição também voltada à fenomenologia dos museus.

Com a incorporação dos novos paradigmas do conhecimento às discussões da teoria da Museologia e a ampliação dos debates sobre a relação entre Museu e Sociedade, a Museologia passou a ser percebida como uma ciência de caráter transdisciplinar, dedicada ao estudo da relação

³ Idem.

⁴ STRÁNSKÝ, Z. Z. Apud MENSCH, Peter van. O objeto de estudo da Museologia. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994, p.12.

específica entre o Humano e o Real, tendo como objeto de estudo o fenômeno Museu⁵.

E também acerca da musealidade.

A musealidade é um valor atribuído a certas 'dobras' do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas⁶.

A ideia ampliada de um museu demonstra uma nova tendência na área: o estudo do homem em relação ao seu patrimônio e não apenas ligado ao processo museológico findado no museu. Cury afirma que a Museologia não se limita aos museus, por ela abranger relações como: “do homem e o objeto no museu; do homem e o patrimônio musealizado; do homem com o homem”⁷. A Museologia não se limita ao estudo do e no museu. É uma ciência ampla que aborda a relação entre o homem e seu patrimônio. “A Museologia, portanto, já pode ser entendida como o campo disciplinar que trata das relações entre o fenômeno Museu e as suas diferentes aplicações à realidade, configuradas a partir das visões de mundo dos diferentes grupos sociais”.⁸

O ICOM foi responsável pelo surgimento de conceitos gerais da área, criando terminologias e definições aceitas internacionalmente, estimulando novas discussões. O ICOFOM se encarregou de fornecer reflexões teóricas enquanto um espaço específico de estudos para a área.

⁵ SCHEINER, Teresa C. MUSEU, MUSEALIDADE E MUSEALIZAÇÃO: TERMOS EM CONSTRUÇÃO E EXPANSÃO. In: ICOFOM LAM 2012: termos e conceitos da Museologia: museu inclusivo interculturalidade e patrimônio integral: documento de trabalho do 21º Encontro Regional. / Organização Teresa C. M. Scheiner, Marcus Granta, Maria Amélia G. de Souza Reis, Gladys Barrios Ambrocy. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012, p. 101.

⁶ SCHEINER, Teresa C. MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO: um campo de saber em movimento. In: ICOFOM LAM 2012: termos e conceitos da Museologia: museu inclusivo interculturalidade e patrimônio integral: documento de trabalho do 21º Encontro Regional. / Organização Teresa C. M. Scheiner, Marcus Granta, Maria Amélia G. de Souza Reis, Gladys Barrios Ambrocy. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012, p. 26.

⁷ CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. 2009, p. 29. Disponível em: http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_11.pdf. Acesso em: 10 de Outubro de 2013.

⁸ SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e patrimoniologia: reflexões. Rio de Janeiro: MAST Colloquia. P. 49.

1.2 Museus: origem e definições

Segundo López, a Museologia seria considerada pelo ICOM como sendo a ciência do museu, estudando, por isso:

Su historia, razón de ser, función em la sociedade, sistemas de investigación, educación y organización, relacion com o médio ambiente físico, la cassificación de los diferentes tipos de museos y los sistemas de estudio de las culturas⁹.

A partir de tal perspectiva, as ações como construção, organização, catalogação, instalação e história dos museus seriam exercidos a partir de métodos, técnicas, estudos que juntos seriam chamados de Museologia. Nesta definição apresentada por Carreño¹⁰, ressaltaremos características como instalação, construção, organização e catalogação, ações que constituem o processo de desenvolvimento, montagem e desmontagem de exposições. A partir de tal perspectiva, é importante entender o que pode ser a Museologia, para poder traçar um perfil específico para a proposta de desenvolvimento de um projeto museológico de uma instituição não-museal, estabelecendo parâmetros que justifiquem a atuação da Museologia em outros espaços que desenvolvam ações de preservação de memórias e patrimônios.

Vários são os autores que abordam questões sobre origem e definição de museus. No que diz respeito a origem, alguns teóricos, como Dominique Poulot¹¹, apresentam o “mito da origem” dos museus como provenientes da herança grega, onde o termo “museu” surge de uma pequena colina, o templo das musas. Para Suano¹², a origem dos museus estaria na Grécia antiga, no Mouseion ou casa das musas. Seria um local voltado a oferendas de objetos aos deuses, além de existirem obras de arte que tinham a função de agradar as divindades.

⁹ LÓPEZ, Fernando de Salas. El museo, cultura para todos. Madri: Ministério da cultura, 1980. Apud CARREÑO, Francisco Javier Zubiaur. **Curso de Museologia**. Ed. TREA. 2004. P. 47.

¹⁰ CARREÑO, Francisco Javier Zubiaur. **Curso de Museologia**. Ed. TREA. 2004. 392p.

¹¹ POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**/ Dominique Poulot; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. –Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

¹² SUANO, Marilene. O que é museu? São Paulo: Brasiliense, 1986.

Ulpiano T. Bezerra de Meneses relaciona o museu como teatro de memória, originado do *Theatrum Memoriae*, citado por Hooper-Greenhill¹³, definição enraizada nas artes da memória da Antiguidade e da Idade Média, e na origem grega da palavra “teatro”, etimologicamente vinculada ao verbo grego “*theáomai*”, que significa “ver”. O *Theatrum Memoriae* propunha a “articulação de imagens a lugares e espaços, para assegurar rememoração”¹⁴. Já Henri Bouilhet e Daniele Giraudy¹⁵ definem os museus como descendentes do colecionismo, teoria que nos remonta à Idade da Pedra, onde o homem pré-histórico já agrupava objetos em forma de coleções, independentemente de uma atribuição de função a tal ato.

De fato, não há consenso para delimitar o que originou os museus, mas é importante ressaltar que tal instituição acompanha as transformações sociais, além de ser uma construção humana. Hoje, os museus são instituições que se manifestam em diferentes sociedades e têm a sua definição em constante transformação. As primeiras definições “oficiais”, internacionalmente reconhecidas, surgiram após a criação do ICOM (International Council of Museums), único órgão internacional representante de museus e profissionais de museus. No seu primeiro estatuto, em 1946, o ICOM reconhece como museu as “instituições permanentes que conservam e apresentam coleções de objetos de caráter cultural ou científico a fim de estudo, educação e deleite.” Essa definição tornou-se um marco para o desenvolvimento dos museus modernos, uma vez que será referência para criação das políticas museológicas em diversos países¹⁶.

As definições do ICOM surgem em 1946, porém sofrem alterações com o passar dos anos, visto às novas reuniões entre profissionais e a evolução do pensamento, como podemos comprovar no quadro a seguir:

¹³ Hooper-Greenhill, citado por Meneses, explica o surgimento do *Theatrum Memoriae*

¹⁴ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/ulpiano2_0.pdf. Acessado em: 26 de set. de 2013.

¹⁵ GIRAUDY, D.; BOUILHET, H. **O museu e a vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

¹⁶ HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Manual de museología**. Madrid: Editorial Síntesis, 2001.

1946:	Museu é um estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, com vistas a coletar, conservar, estudar, explorar de várias maneiras e, basicamente exibir para educação e lazer de valor cultural.
1956:	Museu é um estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras o conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários.
1974:	Museu é estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exibe, para o estudo, a educação e o entendimento, a evidencia material do homem e seu meio ambiente.
2001:	Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.
2007 :	Instituição sem fins lucrativos, permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exibe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu ambiente para fins de educação, estudo e diversão.
2009 :	Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos materiais e imateriais dos povos e seu ambiente.
Quadro 1: Definições sobre Museus. ¹⁷	

A partir de tal definição apresentada em 2007 durante a Conferência Geral 21, em Viena – Áustria, podemos perceber a ampliação do entendimento do que pode ser museu.

(a) A definição de museu supracitada deve ser aplicada sem quaisquer limitações resultantes da natureza da entidade responsável, do estatuto territorial, do sistema de funcionamento ou da orientação das coleções da instituição em causa.

(b) Para além das instituições designadas "museus", são abrangidos por esta definição;

[...](viii) os centros culturais e outras instituições cuja finalidade seja promover a preservação, continuidade e gestão dos

¹⁷ ICOM. Disponível em: <www.icom.museum.com>. Acessado em: 03 nov. de 2013.

recursos patrimoniais materiais e imateriais (património vivo e actividade criativa digital);¹⁸

Ao voltarmos às definições mais antigas sobre museu, é possível constatar que já era debatido o enquadramento de outras instituições na definição de museu, ainda que não utilizassem tal nomenclatura. Assim, como dispõe a definição de museu da Declaração do Rio de Janeiro, 1958.

Um museu é um estabelecimento permanente, administrado para satisfazer o interesse geral de conservar, estudar, evidenciar através de diversos meios e essencialmente expor, para o deleite e educação do público, um conjunto de elementos de valor cultural: coleções de interesse artístico, histórico, científico e técnico, jardins botânicos, zoológicos e aquários, etc.

São semelhantes aos museus as bibliotecas e arquivos que mantêm salas de exposições permanente¹⁹.

A partir de tal definição, percebemos a possibilidade de arquivos e bibliotecas, que desenvolvem exposições, serem também considerados museus.

No Brasil, a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, apresenta uma definição próxima à estabelecida pelo ICOM.

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

O IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM), pela melhoria dos serviços do setor e pela

¹⁸ Extraído do Artigo 2º dos Estatutos do ICOM, adoptados na 16ª Assembleia Geral do ICOM (Haia, Holanda, 5 de Setembro de 1989) e alterados pela 18ª Assembleia Geral do ICOM (Stavanger, Noruega, 7 de Julho de 1995) e pela 20ª Assembleia Geral do ICOM (Barcelona, Espanha, 6 de Julho de 2001).

¹⁹ Legislação sobre museus [recurso eletrônico]. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 157 p. – (Série legislação ; n. 79)

administração direta de 30 museus, apresenta uma definição poética quanto aos museus.

Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose.

A definição do IBRAM nos faz refletir sobre a pluralidade de significados que os museus podem abranger, não se limitando apenas a definições técnicas e sim a uma reflexão daquilo que tais instituições podem representar diante de uma sociedade de cultura heterogênea.

Marília Xavier Cury²⁰ também realça a missão poética dos museus, extrapolando o local, o templo das musas.

O Museu de que falo não é o lugar, o templo das musas que gerou a conceituação de museu-depósito de coisas. O Museu de que falo pensa no sentido das coisas e no mundo e na vida e (re)elabora constantemente a sua missão poética.

Teresa Scheiner também nos convida a pensar na pluralidade dos museus, enquanto espaços ricos e em constante ressignificação. Scheiner apresenta os museus como em contínuo movimento, fato que torna impossível uma definição enraizada.

[...] livre, plural, passionário e contraditório, infinito em sua potência, pode aparecer sob distintas formas, representar todos os modelos culturais e todos os sistemas de pensamento – de acordo com os valores e representações das diferentes sociedades, no tempo e no espaço²¹.

²⁰ CURY, Marília Xavier. **Exposição**. Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2008, p. 22.

²¹ SCHEINER, Tereza. **Museologia e Patrimônio Intangível**: A experiência virtual. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO INTANGÍVEL. ICOFOM LAM, Montevideu, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, 2001, p. 217.

A Definição de museu nos leva agora à enumeração de suas funções. Peter Van Mensch²² identifica três funções: Preservar (acervo, objetos), estudar (pesquisar) e transmitir (comunicar). Segundo Joseph Veach Noble²³- coletar, colecionar, conservar, estudar, interpretar e expor. Cury afirma serem as funções do museu preservar, pesquisar e comunicar. Segundo Cury²⁴, a pesquisa inclui toda a produção de conhecimento desenvolvido no museu, sendo que cada instituição apresentará a produção de um conhecimento específico ligado ao seu recorte conceitual. Por fim, o tripé do Museu se encerra com a comunicação, que é obtida por meio de exposições e ações educativas. Portanto, as exposições são o vínculo entre o museu e o visitante dado por meio da exibição do acervo.

Para Farjalla,

O contexto desenhado há mais de dois mil anos identifica-se como locus da Memória e da Preservação, reunindo o Museu, a Biblioteca e o Arquivo – um quadro no qual o Museu se inseriu, integrando as representações de um local, reunindo fontes de consultas, que constituem elementos fundamentais para sua ação como centro de pesquisa [...] possibilitando, assim, agir como contributos para o Museu ser qualificado como um permanente (re)fazedor de significações.

Segundo informações obtidas na página eletrônica do IBRAM, pode ser considerado museu,

Além das instituições designadas como “Museus”, se considerarão incluídas nesta definição: Os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos; Os sítios e monumentos históricos de caráter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno; As instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais – como os jardins zoológicos, botânicos, aquários e vivários; Os centros de ciência e planetários; As galerias de exposição não comerciais; Os institutos de conservação e galerias de exposição, que

²² MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994

²³ NOBLE, Joseph Veach apud POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**/ Dominique Poulot; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. –Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.20.

²⁴ CURY, Marília Xavier. **A importância das coisas**: Museologia e museus no mundo contemporâneo. In: Um século de conhecimento. 2011

dependam de bibliotecas e centros arquivísticos; Os parques naturais; As organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus; Os ministérios ou as administrações sem fins lucrativos, que realizem atividades de pesquisa, educação, formação, documentação e de outro tipo, relacionadas aos museus e à Museologia; Os centros culturais e demais entidades que facilitem a conservação e a continuação e gestão de bens patrimoniais, materiais ou imateriais; Qualquer outra instituição que reúna algumas ou todas as características do museu, ou que ofereça aos museus e aos profissionais de museus os meios para realizar pesquisas nos campos da Museologia, da Educação ou da Formação.²⁵

Segundo Scheiner²⁶, existem os seguintes tipos de museus: Museus clássicos, Museus de Território e Museus Virtuais. Dentro de cada tipo de museu, existem as seguintes subcategorias: **Museus Clássicos** (Museu Clássico Acadêmico, Museu Clássico do Tipo Interativo ou Exploratório, Museu Clássico com Coleções Vivas), **Museus de Território** (Museus Comunitários e Ecomuseus, Parques Nacionais e outros sítios naturais musealizados, Cidades monumentos) e **Museus Virtuais**. Cada tipo de museu pode influenciar o tipo de expografia.

Assim, podemos perceber que a definição de museu não está mais restrita a um espaço que tenha uma placa indicando ser este um museu. Quanto a Museologia, por ser constantemente relacionada aos museus, tem as suas ações, geralmente, associadas aos fazeres museais. Contudo, pesquisas recentes desvelam uma Museologia relacionada ao estudo da relação do homem com a sua realidade, alicerçada na preservação do patrimônio. E a noção expandida de patrimônio torna a área da Museologia mais ampla na medida em que o agente do processo museológico deixa de ser o museu e transfere-se para a sociedade. Deste modo, “concluimos que uma conceituação mais adequada para a Museologia deveria partir da ideia de processo sobre os modos de produção, organização e consumo desta que

²⁵MUSEU. Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/museu/#sthash.KtDHc7e3.dpuf>>. Acessado em: 20 out. de 2013

²⁶ SCHEINER, Tereza. 1997. Características das exposições: segundo o modelo conceitual de museu. In: Museologia e comunicação. Texto nº2. 2009. s/p. Apostila; Apud MAGALDI, Monique B. Navegando no Museu Virtual: um olhar sobre formas criativas de manifestação do fenômeno Museu. Dissertação de mestrado. PPG-PMUS/UNIRIO/MAST. 2007. 253p.

seria uma relação específica entre o homem e objeto”²⁷. Os museus seriam então fontes inesgotáveis de estudos, e a Museologia a área em ascensão, enquanto disciplina aplicada, cuja cientificidade ainda está sendo construída e que, por isso, ainda encontra-se em consolidação, mas que não mais se encontra restrita ao espaço museal.

Ao entender o que seria museologia e a sua relação com os museus, resta-nos, então, perguntar, a partir de tais definições, a aplicação de métodos, técnicas e teorias museológicas em espaços como o CM-ADPF (Centro de Memória da ADPF), não considerado pela atual gestão como museu.

Não objetivamos definir ser o CM-ADPF um museu, uma vez que a visão de Museologia aqui utilizada concorda com a noção expandida de patrimônio, tornando a área da Museologia mais ampla na medida em que o agente do processo museológico deixa de ser o museu e transfere-se para a atuação junto à sociedade. Busca-se, portanto, expor a aplicabilidade do estudo da Museologia em outros espaços não museais. Ações museológicas podem ser desenvolvidas em exposições culturais, ações educativas, processos de documentação de objetos materiais, imateriais e digitais, tridimensionais e bidimensionais, conservação de acervos, independentemente do espaço onde se encontram.

1.3 Exposições museológicas

Cury apresenta um significado sobre o conceito de exposição. A autora evidencia que a exposição exerce papel mediador entre o público e o acervo da instituição, como resultado do processo comunicacional. A “exposição é o local de encontro e relacionamento entre o que o museu quer apresentar e como deve apresentar, visando um comportamento ativo do público e à sua síntese subjetiva”²⁸.

²⁷ CERAVOLO, Suely Moraes. **Tecendo interfaces teóricas e metodológicas por sobre o conceito Museologia**: o exercício de uma tese. Rio de Janeiro: MAST Colloquia. 2009. P.19

²⁸ CURY, Marília Xavier. **Exposição**. Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2008, p. 42.

Edward P. Alexander exalta o objetivo das exposições museológicas: “O objetivo das exposições é a comunicação com o público, utilizando objetos originais para inspirar ou informar e até, proporcionar lazer²⁹”.

George Henri Rivière³⁰ aponta a característica comunicacional dos museus e nos remete à definição do ICOM, no que tange ao objetivo de estudo e deleite das instituições. O “museu é um meio de comunicação e independentemente do tipo de exposição, a museografia deve proporcionar um aporte de prazer e conhecimento, de forma indissociável”.

De acordo com David Dean³¹, as exposições museológicas são locais de estudo e reflexão que cumprem, em parte, a missão da instituição ao expor suas coleções em prol dos objetivos propostos à sociedade. Dean também amplia o rol de objetivos das exposições.

- Promoting community interest in the museum by offering alternative leisure activities where individuals or groups may find worthwhile experiences.
- Supporting the institution financially: exhibitions help the museum as a whole justify its existence and its expectation for continued support. Donors, both public and private, are more likely to give to a museum with an active and popular exhibition schedule.
- Providing proof of responsible handling of collections if a donor wishes to give objects. Properly presented exhibitions confirm public trust in the museum as a place for conservation and careful preservation. Potential donors of objects or collections will be much more inclined to place their treasures in institutions that will care for the objects properly, and will present in institutions that will care for the objects properly, and will present those objects for public good in a thoughtful and informative manner.³²

²⁹ ALEXANDER, Edward P. *Museums in motion: An Introduction to the History and Functions of Museums*. Tennessee: American Association for State and Local History, 1979. 308 p.

³⁰ RIVIÈRE, Georges Henri. *La museologie selon Georges Henri Rivière*. Paris: Bordas, 1989.

³¹ DEAN, David. *Museum exhibition: theory and practice*. New York: Routledge, 1996, p. 2.

³² “Promover o interesse da comunidade no museu, oferecendo atividades de lazer alternativas onde os indivíduos ou grupos podem encontrar experiências que valem a pena; Apoiar a instituição financeira: exposições ajudam o museu como um todo, justificam sua existência e sua expectativa para o apoio contínuo. Os doadores, tanto públicos como privados, estão mais propensos a doar a um museu com uma programação de exposições ativa e popular; Fornecer prova de manejo responsável das coleções caso um doador deseje doar objetos. Exposições devidamente apresentadas confirmam a confiança do público no museu como um lugar para a conservação e preservação cuidadosa. Os potenciais doadores de objetos ou coleções estarão muito mais inclinados a colocar os seus tesouros em instituições que preservam os objetos corretamente, e que irão exibir tais objetos para o bem público.”

As considerações de Dean tornam evidente que as exposições são a principal forma de assimilação da instituição pelo público, pois se tornam um espelho daquilo que o museu deseja transmitir. O autor também destaca a necessidade de atrair não somente os visitantes, mas, inclusive, possíveis doadores que, ao ver o tratamento a que é destinado outros objetos, sintam-se estimulados a fazer doações. Ou seja, podemos concluir que a concepção de uma exposição deve ser um trabalho minucioso, visto que se trata da forma pela qual o museu/centro cultural será assimilado pelo seu público.

A exposição, enquanto meio de comunicação, acarreta, segundo Francisca Hernández, três fatores importantes:

A- El efecto producido por los objeto expuestos. Éstos son portadores de signos que contribuyen a una explicación del contenido de la exposición.

B- El tratamiento de la temática de la exposición tanto em su totalidad, como em cada uno de sus elementos constitutivos. Esto representa la forma o técnica aplicada que dependerá del número de objetos y de su modo de inserción em el conjunto temático, estando la selección de los objetos em relación com su grado de representatividade o significación com respecto al tema: de la ubicación de los objetos dentro del espacio, así como de la conexión que se establezca entre ellos; de los medios y equipamientos técnicos utilizados y del próprio carácter de la sala de exposición.

C- El ordenamiento de la exposición mediante la aplicación de los conocimientos museológicos, es decir, el discurso expositivo.³³³⁴

É importante destacar, na afirmação de Hernández, a aplicabilidade da teoria museológica na construção do discurso expositivo. Tal aplicabilidade pode ser percebida no caráter científico do projeto museológico, a ser apresentado no capítulo 3. Ainda que não estejamos lidando com uma

³³ HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. Manual de museología. Madrid: Editorial Síntesis, 2001, p. 203.

³⁴ A-O efeito produzido pelos objetos expostos. Estes são portadores de signos que contribuem para a explicação do conteúdo da exposição.

B-O tratamento do tema da exposição, tanto sua totalidade, como em cada um dos seus elementos construtivos. Isso representa a forma ou técnica utilizada que dependerá do número de objetos e seu modo de inserção no conjunto temático, estando a seleção de objetos em relação com seu grau de representatividade ou significado com respeito ao tema: a localização dos objetos dentro do espaço, assim como a conexão estabelecida entre elas, dos meios e equipamientos técnicos utilizados e da natureza da sala de exposição.

C-O ordenamento da exposição mediante a aplicação do conhecimento museológico, ou seja, o discurso expositivo

instituição museal, o desenvolvimento de um projeto museológico é possível, o que acaba por afirmar a possibilidade de aplicação da teoria museológica em um espaço expositivo.

A exposição, originalmente visual, é indiscutivelmente o principal meio de comunicação do museu, devendo ser atraente e capaz de transmitir a mensagem por trás dos objetos, de forma clara e elucidativa. Todavia, os objetos não são de todo capazes de transmitir a mensagem por si só, sendo então necessária a utilização dos recursos expográficos, como o uso da luz, cor, paredes, plotagens, textos, para estabelecer um diálogo com o visitante, a fim de proporcionar entendimento da exposição, assim como explicam Marcelo Matos Araújo e Maria Cristina Oliveira Bruno.

“... a concepção e montagem de uma exposição, ou seja, a passagem do nível conceitual para o nível prático, implica no acompanhamento de um diálogo entre os objetos, os espaços, as cores, a luz, as linguagens de apoio e a visualização do público potencial.”³⁵

Os recursos expográficos possibilitam o diálogo entre o objeto exibido e o visitante. Verhaar e Meeter afirmam que “uma exposição é um meio de comunicação que visa grandes grupos do público com o propósito de obter informações, ideias e emoções relativas à evidência material do homem e do seu meio [...]”³⁶ Em vista a essas considerações, notamos a necessidade de uma exposição para o CM-ADPF, por se constituir como o meio de comunicação entre o patrimônio, acervo institucional e o público-alvo, e ainda por se caracterizar como espaço de interação e desenvolvimento cultural.

O outro aspecto importante nas exposições museológicas é a conservação dos acervos, carecendo de conhecimentos técnicos, muitos estudados no campo da Museologia. A conservação é a ciência que utiliza técnicas para maximizar a durabilidade do acervo, de forma a evitar

³⁵ ARAÚJO, Marcelo Matos, BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Exposição Museológica : uma linguagem para o futuro. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 12-17, dez. 1989. P. 13

³⁶ VERHAAR E MEETER, 1989, p.99, Apud HERREMAN, YANI. Exposição, Exibições e Mostras. In: Boylan, Patrick J. (ed). **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. ICOM, 2004, p. 99-101.

procedimentos invasivos, como a restauração. Tal aspecto será incluído no projeto expográfico do CM-ADPF (ver capítulo 3).

1.4 Centro de Memória e a sua relação com o Processo museológico e o Processo curatorial

Na realização do levantamento bibliográfico, foi possível constatar a falta de definição para algumas palavras como centros culturais, centro de memória. O rol de terminologia utilizado pela Museologia ainda se encontra bastante limitada. Citemos Cerávolo³⁷ que aponta a falta de terminologias fixas, capazes de padronizar e facilitar as discussões da área, como reflexo do fato que a conceitualização teórica para a Museologia é relativamente recente.

A falta de terminologia padronizada é debate constante na área da Museologia. O reflexo é percebido em reuniões do ICOM, que organiza grupos de estudos com profissionais que pesquisam/trabalham o tema 'museu', mas ainda assim não compartilham, por vezes, das mesmas definições terminológicas. Vale ressaltar que as discussões realizadas nas palestras são mediadas por um determinado idioma, escolhido previamente, o que restringe a tradução dos termos provenientes de outras línguas. Ainda entre os usuários da linguagem especializada, os termos empregados sofrem alterações de significado de acordo com a realidade local em que estão situados.

Devido à falta de definição, aqui consta uma das poucas definições encontradas. Beth Totini e Élide Galget definem os centros de memória, entendendo que estes:

Constituem-se como setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de resgate, avaliação, tratamento técnico e divulgação de acervos e, principalmente, pelos serviços de disseminação do conhecimento acumulado pela empresa e de fontes de interesse histórico.³⁸

³⁷ CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma Teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 12, n. 1, p. 237-268, 2004.

³⁸ GAGETE, Élide; TOTINI, Beth. **Memória institucional**, uma análise da sua evolução. In: MEMÓRIA de empresa: História e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004, p. 113-126.

Assim como os centros de memória, os centros culturais devem ser criados, desenvolvidos e apropriados pelo corpo social, uma vez que estão estreitamente vinculados à identidade social e política dos grupos culturais que o criaram e os mantêm. No caso do CM-ADPF, está estritamente ligado à história do DPF, Departamento de Polícia Federal, e indissociavelmente marcado pela atuação social. O ICOM e a UNESCO defendem a vinculação entre museus e realidade político-social. Assim como Santos afirma que: “As ações de pesquisa, preservação e comunicação referenciadas no patrimônio cultural, não podem estar dissociadas da participação e do desenvolvimento”.³⁹ Esta reflexão reafirma a necessidade de interação da sociedade com as instituições de preservação de memórias.

Enquanto espaços que preservam a memória, os museus estruturam-se a partir de objetos (materiais e imateriais) musealizados, resultante do processo museológico, o que implica sua retirada do contexto original e a perda do valor monetário corrente, sofrendo, portanto, uma ressignificação. Objetos que apresentam proximidades entre si, seja por temática, autoria etc., são agrupados em coleções. Tal ação é definida por critérios estabelecidos pela administração do museu e variam de acordo com a realidade específica de cada instituição.

Exposição não é apenas um recorte da realidade, é um discurso que se monta, é uma construção voluntária de caráter seletivo e político, vinculado a um esquema de atribuição de valores culturais, ideológicos, religiosos, econômicos, etc.⁴⁰

A exibição do acervo, acrescido dos recursos visuais em uma exposição, transmitem sensações tanto quanto as obras de arte em si, especialmente quando representadas em uma cenografia dramatizada, ou seja, com recursos capazes de provocar reações mais profundas no visitante. A esta ação denominamos processo curatorial. Ulpiano Menezes de Bezerra apresenta uma definição para o processo.

³⁹ SANTOS, M.. Capítulo III - Processo museológico: critérios de exclusão. **Cadernos de SocioMuseologia** Centro de Estudos de SocioMuseologia, América do Norte, 18, Jun. 2009, p. 85.

⁴⁰ CHAGAS, Mario de Souza. *Museália*. Rio de Janeiro: JCEDITORA, 1996. _____. **Memória e poder**: dois movimentos. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades, Lisboa. 2000. P.51

[...] curadoria é o ciclo completo de atividades relativas ao acervo, compreendendo a execução e/ou orientação científica das seguintes tarefas: formação e desenvolvimento de coleções, conservação física das coleções, o que implica soluções pertinentes de armazenamento e eventuais medidas de manutenção e restauração; estudo científico e documentação; comunicação e informação, que deve abranger de forma mais aberta possível, todos os tipos de acesso, apresentação e circulação do patrimônio constituído e dos conhecimentos produzidos, para fins científicos, de formação profissional ou de caráter educacional genérico e cultural (exposições permanentes (sic) e temporárias, publicações, reproduções, experiências pedagógicas, etc.).⁴¹

O processo curatorial é definido como a cadeia operatória que gira em torno do objeto. Com uma definição mais ampla, enquanto processo, a curadoria passa a abranger diferentes tipos de profissionais que lidam com o acervo.

Para Lisbeth Gonçalves⁴², a curadoria também abarcaria o desenvolvimento da cenografia. Gonçalves defende que a cenografia pode ser realizada tanto por um especialista, um arquiteto, um cenógrafo teatral ou o próprio curador do museu, desde que cientes de lidarem diariamente com um público cada vez mais heterogêneo, devendo buscar, por meio de diversas técnicas expográficas, otimizar a visita de cada visitante. É primordial ao curador a consciência da mensagem que transmite ao público, ao mesmo tempo em que instiga o visitante a questionar a informação apresentada, proporcionando-lhes uma visão crítica quanto ao acervo exposto. Dando continuidade a este pensamento, o presente trabalho apresentará a concretização dos processos museológicos e curatorial em prol do CM-ADPF. No terceiro capítulo será apresentado o resultado final da realização de ambos os processos.

Por fim, é importante ressaltar que, nos processos museológicos e de curadoria, a atuação junto ao acervo pode se desdobrar em ações de

⁴¹ MENESES, Ulpiano Bezerra de, 1986. Apud CURY, Marília Xavier. **Museologia, novas tendências**. P. 25 – 42. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_11.pdf>. Acessado em: 25 de out. de 2013.

⁴² GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. **Entre cenografias: o museu e a exposição de arte no século XX**. Edusp, 2004.

documentação, educação, conservação, divulgação, expografia, entre outras. Neste trabalho, ressaltamos a ação expográfica, voltada para o desenvolvimento de uma comunicação entre a instituição (museal ou não), seu acervo e o público (desenvolvido para determinado segmento da sociedade, chamado de público-alvo).

Capítulo 2

INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E SEUS ACERVOS: alguns termos e conceitos

2.1 Memória

Ainda que a memória esteja ligada ao conjunto de lembranças, não se pode limitá-la a um mero processo de relembrar fatos passados, assim como não é possível desassociar a memória de seu meio. Segundo Halbwachs¹, o qual será o primeiro autor a evidenciar a memória coletiva, a memória individual é indissociável da memória coletiva, destacando nos homens a qualidade de serem seres sociais. Desta forma, o autor ressalva que nossa memória, ainda que individual, está ligada à nossa experiência social e coletiva.

Os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo².

A memória é, assim como aponta Nora³, viva. A memória não está estagnada. O “lembrar” e o “esquecer” acompanham nossas mudanças enquanto indivíduos em permanente transformação social. É algo em constante desenvolvimento e construção.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações⁴.

Para compreensão dos apontamentos realizados nesta pesquisa, buscamos a diferenciação entre o que definimos aqui por Memória e aquilo que entendemos por História, tendo em vista que ambos os termos estão em constante uso na elaboração desta.

Como já ressaltado, a busca pelas lembranças não é o cerne da definição de memória. A memória é seletiva, indiscutivelmente. Lembramo-

¹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. trad. Laís teles Benoir. São Paulo: centauro, 2004.

² Idem.

³ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo: PUC, 1993, p. 11.

⁴ Idem.

nos, sempre, de algo ou alguma coisa que acarretou significado a nós. Karen Worcman⁵ nos apresenta a diferenciação possível entre os termos ao apontar a História como algo consequente da Memória, resultante da organização e tradução daquilo que pretendemos transmitir de nossa memória. Le Goff também destaca a interação entre ambos os termos, porém, diferentemente de Worcman, os apresenta como consequentes de uma influência mútua. Segundo o autor: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”⁶. Esta linha de raciocínio nos impulsiona para o objetivo do CM-ADPF, assunto que abordaremos mais adiante.

E no que tange ao fundamento desta pesquisa, Pollak afirma que, assim como a memória, a documentação é, da mesma forma, socialmente construída.

O trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte. É evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento. Na medida em que essa intermediação é inescapável, todo o trabalho do historiador já se apoia numa primeira reconstrução⁷.

O presente trabalho não é apresentado, diferentemente do exemplo destacado por Pollak, na perspectiva de um historiador, mas sim em uma narrativa museológica que busca nos documentos de uma instituição a salvaguarda da memória institucional.

Para Pollak⁸, o autor afirma a possibilidade da coleta de representações provenientes da história oral e ressalva que tal atividade ampliou o campo de pesquisa. Mesmo que a história oral tenha ampliado o rol de pesquisa, o autor ainda destaca a subjetividade da fonte, porém afirma que a qualidade subjetiva encontra-se em diferentes fontes.

Ainda que com ressalvas, desde que feita respeitando os métodos necessários para a realização de uma pesquisa sobre história oral de uma

⁵ WORCMAN, Karen. **Memória do futuro: um desafio**. In: MEMÓRIA de empresa: História e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004, p. 24.

⁶ LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 477.

⁷ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p.8.

⁸ Idem, p. 9.

instituição, a história oral é uma fonte rica e privilegiada de informação. Ciente dessa realidade, o setor de comunicação da ADPF se prontificou a realizar entrevistas com os sócios-fundadores da Associação a fim de captar os depoimentos que servirão para a constituição do acervo do CM-ADPF. Tais depoimentos ainda estão em fase de captação.

2.2 Memória institucional

É fundamental ressaltar que o projeto expográfico a ser desenvolvido está vinculado à memória de uma instituição. Deste modo, faz-se necessário uma breve apresentação sobre a definição e contexto de memória institucional.

Segundo Costa,

“Uma instituição é, pois, obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. As instituições são construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venham a garantir seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção de manutenção dessa ordem”.

Contudo, a memória de uma instituição não é um mero resgate ao passado. Recuperar a memória, se devidamente aproveitada, pode se tornar um eficaz mecanismo de comunicação institucional.

Segundo Gagete e Totini, “os Centros de Documentação e memória são os mais complexos produtos de memória institucional”. Para as autoras, os centros são responsáveis pela divulgação do conhecimento acumulado pela instituição, expressos através de seu acervo. Vale ressaltar que os Centros de Memória devem possuir uma equipe voltada para a realização de constante pesquisa, atualização e análise histórica de documentos, pois a instituição estará em constante expansão informacional.

A salvaguarda do patrimônio histórico/cultural, levando em consideração um acervo de diferentes tipologias, está estritamente ligada à memória

institucional. No patrimônio, ainda que não exclusivamente, encontramos os vestígios da trajetória da instituição e daqueles que fizeram parte da constituição de sua história. É na conservação e na manipulação do patrimônio que obtemos o resgate dos valores a serem transmitidos e perpetuados.

2.3 Objetos, acervos, coleções e patrimônios: representações da memória

No âmbito da preservação da memória institucional encontramos alguns termos importantes: objeto, acervo, coleções e patrimônio. A partir das reflexões sobre as referidas palavras, nomenclaturas constantemente utilizadas na área de Museologia, apresentaremos algumas considerações sobre a origem terminológica e conceitual de cada uma.

Segundo Moles⁹, “Objeto”, etimologicamente, seria uma palavra proveniente do latim **objectum**, o qual significa “lançado contra, coisa existente fora de nós, coisa disposta diante”, com uma característica material de tudo o que se oferece à vista e afeta os sentidos. O termo **objeto** se constitui, portanto “de um lado, pelo aspecto de resistência ao indivíduo; de outro, pela característica material do objeto”. Em alemão, *Gegenstand* exprime a mesma ideia: “o que é colocado contra e cuja materialidade se opõe aos seres de pensamento ou de razão (objetivo, objetivável)”. Para o autor, falar de algo é colocá-lo na categoria de coisa, animal, vegetal ou mineral.

No Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa¹⁰ e na Enciclopédia Britânica¹¹, as definições apresentadas são:

	AURÉLIO	ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA
OBJETO	<p>Substantivo: Tudo o que se oferece à vista, que afeta os sentidos. Qualquer coisa.</p> <p>Figurado: Tudo o que se oferece ao espírito, que o ocupa; intenção, propósito.</p> <p>Filosofia. O que é pensado e se</p>	<p>Substantivo: uma coisa que você pode ver e tocar, e que não está vivo; alguém ou alguma coisa que faz você se sentir uma emoção especificada; alguém ou algo em que sua atenção ou interesse é direcionado.</p> <p>Ou então: algo material que pode ser</p>

⁹ MOLES, Abraham A. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1972. 196 p.

¹⁰ Objeto. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa . Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em: 21 de out. de 2013.

¹¹ Objeto. Enciclopédia Britânica . Disponível em: <<http://www.britannica.com/>>. Acesso em: 21 de out. de 2013.

opõe ao ser pensante, ou sujeito.

percebido pelos sentidos. Algo que quando visto desperta uma emoção articular.

O dicionário terminológico da Museologia¹², disponibilizado na Internet pelo ICOM, destaca que o objeto de museu é constantemente utilizado como sinônimo de museália.

O termo objeto de museu é, por vezes, substituído pelo neologismo musealia, modelado no termo latino musealium, com musealia como plural. O equivalente em francês: muséale (raramente usado), musealia; Espanhol: musealia; Alemão: Musealie, Museums objekt; Italiano: musealia; Português: musealia.¹³

Quanto à palavra acervo, “por acervo museológico entende-se a relação exaustiva de todos os bens culturais móveis que constituem o patrimônio cultural da instituição, independentemente do seu modo de incorporação”¹⁴. Ou ainda, temos a definição do dicionário Aurélio.

AURÉLIO

ACERVO

Grande quantidade; porção, cúmulo, montão. / Conjunto de obras que fazem parte de um patrimônio: o quadro pertence ao acervo do museu.

É interessante dizer que a palavra acervo não possui uma versão na língua inglesa e, geralmente, é relacionada ao termo “coleção”. No dicionário terminológico da Museologia encontramos a definição de coleção.

De um modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos tangíveis e intangíveis (obras, produtos manufaturados, espécimes, arquivos, documentos, testemunhos, etc), que um indivíduo ou um estabelecimento reuniu, classificou, selecionou, e preservou em um ambiente

¹² Acervo. Disponível em:

<http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_Anglais_BD.pdf>. Acessado em: 20 de set. de 2013

¹³ Idem.

¹⁴ CAMACHO, Carla. Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos. **Temas de Museologia. Lisboa**, 2007. P.60

seguro, geralmente exibido a uma menor ou maior audiência, dependendo de sua classificação como pública ou privada.¹⁵

	AURÉLIO	ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA
	Reunião de objetos da mesma natureza; reunião de objetos escolhidos por sua beleza, raridade, valor documentário ou preço: coleção de selos, coleção de quadros.	O ato ou processo de coletar coisas de diferentes lugares e uni-las/ Um grupo de objetos interessantes ou bonitos reunidos a fim de exibi-los ou estudá-los ou mesmo como um hobby.
COLEÇÃO		

Quanto à palavra Patrimônio, o seu significado seria:

	AURÉLIO	ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA
	Substantivo: Bem que vem do pai e da mãe. / Conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa jurídica. / Figurativo: O que é considerado como herança comum.	Substantivo: As tradições, conquistas, crenças, etc, que fazem parte da história de um grupo ou nação. Ou então: Propriedade que desce para um herdeiro. / Algo transmitido por ou adquirido de um predecessor: legado, herança. / Tradição.
PATRIMÔNIO		

Segundo Farjalla, na área da Museologia, o patrimônio está ligado “ao conjunto de bens simbólicos, relacionado à ambiência cultural e integrado ao complexo natural, espaço-mundo coletivo dos mais diferentes grupos e coisas”¹⁶. A sua origem remontaria à era republicana de Roma e se caracteriza como algo hereditário, em que é transferido o conjunto de bens de pai para

¹⁵ Disponível em:

<http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_Anglais_BD.pdf>. Acessado em: 20 de set. de 2013

¹⁶ LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia-Museu e Patrimônio**, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012

filho, “consignando ao primogênito o direito à herança pela via da sucessão e respaldada na Lei das XII Tábuas (462-450 a.C.)”¹⁷.

Quanto à informação - existente nos acervos, coleções, objetos e patrimônios - podemos definir neste trabalho, de uma forma mais objetiva, como sendo, segundo Pinheiro,

(...)tradicionalmente relacionada a documentos impressos e a bibliotecas, quando de fato a informação de que trata a Ciência da Informação, tanto pode estar num catálogo entre cientistas, em comunicação informal, numa inovação para indústria, em patente, uma fotografia ou objeto, no registro magnético de uma base de dados ou biblioteca virtual ou repositório, na Internet.¹⁸

Ou ainda, voltando novamente às definições encontradas nos dicionários Aurélio e Britânico, informação pode ser definida como:

AURÉLIO	ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA
<p>Ação de informar ou informar-se. / Notícia recebida ou comunicada; INFORMAÇÃO informe. / Espécie de investigação a que se procede para verificar um fato (neste sentido, emprega-se geralmente no plural): ir às informações.</p>	<p>O conhecimento que você tem sobre alguém ou alguma coisa: fatos ou detalhes sobre um assunto; A comunicação ou recepção de conhecimento ou inteligência; Conhecimento obtido a partir de investigação, estudo ou instrução.</p>

Por fim, as seguintes definições que apresentaremos correspondem à palavra chave do presente trabalho, a expografia. Podemos compreender a expografia como uma parte do processo museográfico.

A expografia é a área da Museografia que se ocupa da definição a linguagem e do design da exposição museológica, englobando a criação de circuitos, suportes expositivos, recursos multimeios e projeto gráfico, incluindo programação

¹⁷ Idem, p. 33

¹⁸ PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro apud MAGALDI, Monique Batista. **Navegando no museu virtual**. Um olhar sobre formas criativas de manifestação do fenômeno Museu. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2010.

visual, diagramação de textos explicativos, imagens, legendas, além de outros recursos comunicacionais¹⁹.

Segundo Cury, “a museografia abrange toda a práxis da instituição museu, compreendendo administração, avaliação e parte do processo curatorial (aquisição, salvaguarda e comunicação)”²⁰.

Ressaltamos que o projeto expográfico do Centro de Memória da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal requer estudos sobre o acervo institucional, realizado por meio de pesquisa, conservação e comunicação de seu acervo, enquanto atividade que demanda conhecimentos técnicos, conceituais e institucionais.

2.4 Representações da memória: acervo da ADPF

O acervo da ADPF é de pequeno porte e mede, em seus arquivos correntes, aproximadamente 28,00 metros lineares de documentos textuais, apresentadas em diferentes tipologias de documentos. Este primeiro levantamento, utilizando procedimento arquivístico, foi realizado pelo arquivista Raimundo Mendes Ferreira Filho, responsável pelo Projeto Memória da Associação, que desempenhou o levantamento dos documentos arquivos históricos e correntes, e constatou que a documentação é composta predominantemente por documentos administrativos (área meio), documentos de conteúdo associativo (área fim) e documentos técnicos (que subsidiam a área meio e fim). Abaixo, segue o levantamento técnico realizado²¹:

TIPOLOGIA	OBSERVAÇÃO
-----------	------------

¹⁹ FRANCO, Maria Ignez Mantovani. **Processos e métodos de planejamento e gerenciamento de exposições** In: 3º Fórum Nacional de Museus. Planejamento e organização de exposições

(Parte II). 2008 [Slides em Powerpoint/ PDF, pp.1-31]. Disponível em:

<<http://www.difusaocultural.ufrgs.br/admin/artigos/arquivos/Planejamentoorganizacaodeexposicoes2.pdf>> Acessado em: 10 de out. de 2013.

²⁰ CURY, Marília Xavier. **Exposição**. Conceção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2008, p. 22.

²¹ FERREIRA FILHO, Raimundo Mendes; CAMPOS, Regina Célia de C. Projeto Centro de Memória-ADPF (inédito). Brasília. 2013.

ACORDOS/CONVÊNIOS/ CONTRATOS	Quando envolver relações Significativas da ADPF x Instituições públicas ou privadas neste sentido.
ARTIGOS ACADÊMICOS	Quando envolver produção Acadêmica dos delegados Associados da ADPF e tenham conteúdo histórico.
ARTIGOS E RECORTES DE PERIÓDICOS	Quando tratar-se de artigos e Recortes de jornais, recortes de revistas que evidenciam fatos importantes para ADPF.
ASSUNTOS DE POLÍTICA	Quando envolver questões de benefícios da classe dos Delegados.
BOLETINS, FOLDER	Publicação rápida e de comemoração que evidenciam fatos importantes para ADPF.
CONDECORAÇÕES	Quando envolver prêmios para delegados e membros da ADPF.
CORRESPONDÊNCIAS	Quando tratar-se de assuntos Em cartas, ofícios, e-mails, telegramas, que evidenciam fatos importantes e históricos para ADPF.
DISSERTAÇÕES	Quando envolver produção acadêmica dos delegados associados da ADPF com temas de caráter histórico.
DOCUMENTOS NORMATIVOS	Quando envolver organogramas, estatutos, regimentos internos, fluxogramas, pois revelam a evolução da ADPF.
DOSSIES	Conjunto de documentos relativos aos funcionários/estagiários ou de assuntos específicos por registrar informações históricas para ADPF.
ESTUDOS	Quando envolver produção acadêmica dos Delegados associados da ADPF e registrar fatos históricos importantes.
EVENTOS	Quando citar congressos, seminários, palestras, mesa-redonda, festividades realizadas pela ADPF, etc...
INQUERITOS	Quando envolver questões jurídicas de réus em operações importantes e Históricas com delegados Associados da ADPF.
LEGISLAÇÃO	Quando contiver decreto-lei, leis, atos legislativos, PEC-projeto de emenda constitucional, que foram objetos de lutas e Conquistas da ADPF.
LISTAGENS	Aniversariantes, por registrar data significativa e relevante de colaboradores e associados da ADPF.
MONOGRAFIAS	Quando envolver produção acadêmica dos delegados associados da ADPF e por registrar estudos científicos para ADPF.
NOTAS	Pequenos comentários em revistas e jornais, quando contiver dados históricos para ADPF.

OPERAÇÕES PF	Quando citar as operações da Polícia Federal em nível nacional e envolver delegados associados da ADPF.
PERIÓDICOS	Quando for revista completa, ou jornal completo, etc. que registrar fatos históricos relevantes.
PROCESSOS	Administrativos ou jurídicos quando registrar fatos importantes de interesse históricos para os associados da ADPF.
PROGRAMAS/PROJETOS/ PROPOSTAS	Quando envolver programas, projetos, propostas específicas da ADPF, mas de caráter histórico.
PUBLICAÇÕES	Livros, cartilhas, manuais, quando forem produzidos pela ADPF ou delegados associados à ADPF, pois se trata de publicações da área fim.
RELATÓRIOS	Quando envolver descrição de fatos específicos/operações de caráter histórico para a ADPF.
TERMO DE COOPERAÇÃO/ PARCERIAS	Quando envolver relações históricas e significativas da ADPF x instituições públicas ou privadas neste sentido.
TESES	Quando envolver produção acadêmica dos delegados associados por registrar estudos científicos para ADPF.
Quadro 2 : Levantamento técnico do acervo institucional ²² .	

O quadro acima facilitou o trabalho de pesquisa do Centro de Memória, auxiliando na coleta de informações, acerca das atividades realizadas e registradas em diferentes suportes. Tal atividade exigia delimitar as tipologias documentais. Desta forma, é possível elencar os fatos mais marcantes para construção identitária da Instituição, auxiliando em estudos futuros, servindo de base para a presente proposta expográfica.

No que diz respeito ao acervo, neste trabalho, foram selecionados, os principais objetos da Instituição para a proposta expográfica, que será detalhada no próximo capítulo.

²² FERREIRA FILHO, Raimundo Mendes; CAMPOS, Regina Célia de C. **Projeto Centro de Memória-ADPF** (inédito). Brasília. 2013.

CAPÍTULO 3
ESTUDO DE CASO: Concepção
expográfica do Centro de Memória
da ADPF

3. Estudo de caso: concepção expográfica do Centro de Memória da ADPF

Utilizando a metodologia desenvolvida por Cury¹, para a concepção museológica, analisando as suas aplicações e limitações para o caso estudado, este capítulo é o registro experimental do processo de concepção do projeto expográfico do CM-ADPF. Para tanto, é fundamental compreender a missão da instituição que sediará o hipotético projeto expográfico a partir do acervo existente no CM-ADPF.

As etapas do processo incluíram o estudo dos objetos existente no CM-ADPF, além de conversas com o presidente da Associação e com a equipe técnica do referido Centro de Memória. A partir das apreensões obtidas desta primeira análise, definiu-se o conceito expositivo esperado pela atual gestão. Os objetivos, justificativas e o público-alvo da hipotética exposição foram definidos em seguida, juntamente com os estudos da viabilidade técnica e temporal, tendo em vista que o projeto foi concebido em um semestre letivo, por se tratar de uma trabalho de conclusão do curso de Museologia. O curto tempo para a realização do presente trabalho não permitiu ampliar as conversas com os atuais gestores da instituição. Por isso, definimos este trabalho como experimental, uma vez que necessitaria da aprovação da diretoria e equipe técnica da ADPF, além de necessitar mobilizar o público-alvo da exposição, através de pesquisas de opinião e da aplicação de metodologia de memória oral junto aos ex-delegados, sócios da instituição, buscando recolher depoimentos e reflexões sobre as possíveis ampliações da presente proposta de projeto expográfico.

Na sequência do processo, a definição do título da exposição veio em seguida, assim como a realização e inclusão dos laudos técnicos dos objetos selecionados. Os laudos técnicos são fundamentais para o processo de concepção expográfica, uma vez que apontam para o atual estado de conservação do acervo selecionado, estabelecendo ser possível fazer uso ou não dos objetos. A concepção espacial foi elaborada a partir de uma planta

¹ CURY, Marília Xavier. **Exposição**. Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2008, p. 103.

conceitual do circuito expositivo, definindo a narrativa expográfica. A concepção da forma permitiu definir a visualidade do espaço. Para poder projetar tais aspectos, desenvolveu-se a maquete tridimensional² eletrônica do que acreditamos ser o partido expográfico desta exposição, tendo em vista o contexto que este trabalho foi desenvolvido, baseada na memória de uma associação de classe profissional: delegados da polícia federal.

3.1 Histórico e missão da ADPF

Antes de tratar sobre o centro de Memória da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) é importante apresentar a Associação geradora.

O estabelecimento da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), antigo sonho dos Delegados Federais, foi inaugurado no dia 16 de setembro de 1976. Na oportunidade, reuniram-se, extraordinariamente, no auditório da Academia Nacional de Polícia (ANP), 35 Inspetores e Delegados de Polícia Federal. Este grupo pretendia iniciar a criação da Associação, originalmente chamada de Associação dos Delegados e Inspetores de Polícia Federal. A Associação objetivava o estímulo à união e a defesa dos interesses da classe em prol de interesses comuns.

A ADPF foi finalmente fundada um mês após a primeira reunião, no dia 29 de outubro de 1976, há 37 anos atrás, durante um conturbado momento no cenário político nacional: a ditadura militar. Contudo, justamente nesta época, no governo Costa e Silva, a Polícia Federal passou a se estruturar como órgão estritamente policial.

Hoje, de acordo com seu estatuto aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 e 29/06/2012, em seu art.1º, à Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) compete ser uma entidade de representação da classe e de defesa dos policiais federais;

² O SketchUp é um software desenvolvido para a criação de modelos em 3D no computador. A versão gratuita está disponível no site <http://www.sketchup.com/pt-BR/download>. O software é licenciado por "Google Company ©"

Art.1º – A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF, fundada em 29 de outubro de 1976, sediada em Brasília, Distrito Federal, é uma Entidade representativa de classe e de defesa dos direitos e prerrogativas de seus associados, de âmbito nacional, dotada de personalidade jurídica de direito privado, de caráter eminentemente assistencial, cultural, científico, sem fins lucrativos e com duração indeterminada. Sendo assim, seu âmbito de atuação e suas competências são bem definidas, e com uma estrutura organizacional forte atuante e importante no cenário nacional.

Assim, a ADPF tem como missão aprimorar a instituição policial, sua doutrina, normas e princípios de atuação funcional, além de trabalhar em defesa dos direitos dos delegados e suas reivindicações através de ações assistenciais, culturais, científicas. Aqui, neste trabalho, ressaltaremos os aspectos culturais, científicos e sem fins lucrativos de tal instituição, para justificar a criação do projeto expográfico.

3.1.1 Centro de Memória da ADPF

Impulsionada pela necessidade de preservar a memória institucional, a diretoria da ADPF, presidida atualmente pelo Delegado Marcos Leôncio Ribeiro, deu início, em abril de 2013, à concepção do Centro de Memória – ADPF. Intitulado como “Projeto Memória”, o projeto foi concebido em prol do reconhecimento dos pioneiros, os idealizadores, demais delegados e delegadas, e todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, na trajetória histórica da instituição. O presidente Marcos Leôncio Ribeiro afirmou, dando ênfase ao objetivo de implementação do projeto, que: “uma entidade sem memória, não tem futuro”³, durante o lançamento oficial do Projeto, em julho deste ano, na cerimônia ocorrida em Brasília-DF.

A criação do Centro de Memória representa um marco na história da Associação, reafirmando seu compromisso junto aos seus fundadores e

³ Projeto Memória. Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Disponível em: <http://www.adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia_portal.wsp?tmp.edt.materia_codigo=5747#.Uo4mDMQ3sUx>. Acessado em 20 de out. de 2013.

associados, buscando resgatar o patrimônio histórico-cultural e a difusão em prol do reconhecimento e engrandecimento da Associação.

No estatuto da ADPF, consta o seu aspecto socioeducativo em prol dos associados.

- II- Cultuar as tradições, símbolos e história da Pátria, da ADPF e da Polícia Federal;
- VII- Promover e estimular o desenvolvimento cultural, científico e profissional de seus associados;

A concepção e formação do Centro de Memória da Associação de Delegados da Polícia Federal (CM-ADPF) tem como finalidade precípua ser um espaço social para preservar o Patrimônio Cultural e Documental da ADPF e sua Memória, através da organização, sistematização, promoção e resgate de fatos, fenômenos e experiências vividas pelos seus fundadores, associados e pensionistas. Para atender a sua função inicial, definiu-se que a missão do Centro de Memória-ADPF seria: preservar e divulgar a memória institucional e o enaltecimento da história de seus membros, por meio do resgate do Patrimônio Histórico, Cultural e Documental; tornando-se um espaço de convívio e interação para desenvolvimento cultural, científico e profissional dos associados.

Dando andamento às etapas que seguiram à concepção do Centro de Memória, destacamos aqui uma das principais atividades: a mensuração de seu acervo. Gagete e Totini exemplificam, no quadro apresentado abaixo, os tipos documentais mais recorrentes no levantamento de acervo nos Centros de Documentação e Memória.

TIPOS DE ACERVO	CONTEÚDO/CARACTERÍSTICAS
Audiovisual / Videoteca	Fitas de áudio e/ou vídeo produzidas ou acumuladas pela empresa e referentes à sua área de atuação ou setores correlacionados.
Bibliográfico	Publicações e estudos de diferentes procedências e relacionados às linhas de acervo definida.
Cultural Material	Objetos tridimensionais e documentos que

	representam aspectos significativos da trajetória da empresa, como troféus, certificados, equipamentos, mobiliário, etc.
Museológico	Objetos e documentos que se destacam pelo caráter único e inovador que representam, não apenas no universo da própria empresa como do setor que atua no país – por exemplo, o primeiro computador, o primeiro cartão magnético etc.
Fotográfico	Iconografia relacionada à empresa, de origem interna ou externa, em diferentes suportes (papel, eletrônico ou filme).
Referência	Acervos documentais e virtuais que servem como referência informativa relacionada às linhas do acervo. Pode também abranger monitoramento da concorrência.
Textual Permanente	Toda a documentação que reflete aspectos significativos da trajetória do empreendimento, desde sua criação até a atualidade – ou seja, não é formado apenas por documentos antigos ou raros. Fazem parte desse acervo documentos como: <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de várias naturezas, viabilizados ou não; • Relatórios técnicos e administrativos; • Campanhas promocionais / de marketing; • Perfis; • Clipping (papel ou eletrônico) • Jornais internos; • Correspondências de diretoria • Projetos e programas de relações institucionais; • Planos estratégicos, etc.
Coleções	Documentos que atestam aspectos particulares, direta ou indiretamente relacionados às linhas temáticas principais, provenientes de diferentes origens. São consideradas coleções, por exemplo, a documentação relativa à trajetória pessoal e ou política de fundadores, dirigentes e outras personalidades ligadas à história da empresa.
Banco de Depoimentos	Registros gravados em áudio e ou vídeo de entrevistas com pessoas ligadas direta ou indiretamente à história da empresa. Essas entrevistas, conduzidas de acordo com os métodos da história oral, são complemento

	importante do trabalho de pesquisa histórica e de organização de fontes, na medida em que preenchem lacunas informativas e evidenciam elementos intangíveis da evolução da cultura organizacional.
Quadro 3: Tipologia e características dos acervos. ⁴	

O levantamento do acervo da Associação foi apresentado no capítulo anterior (capítulo 2). Daremos continuidade no tópico seguinte com os objetos selecionados para compor a expografia do CM-ADPF.

3.2 Concepção do Projeto Expográfico

Tendo em vista o histórico da ADPF e o acervo do CM-ADPF⁵, analisaremos a aplicabilidade de teorias e técnicas envolvidas na criação expográfica.

Scheiner estrutura a elaboração de exposições em etapas, como podemos perceber no quadro abaixo.

FASES DE ELABORAÇÃO	
I – Pré-montagem	
Concepção	Proposta
Planejamento	Ante-projeto
Programação	Projeto completo
II – Exposição	
Inauguração	Exposição aberta
	Matéria nas mídias
III- Montagem	
Manutenção da exposição	Exposição pronta
Controle de visitação	Estatísticas de visitação
Atividades Complementares e de apoio	Atividades culturais, eventos, gincanas, visitas guiadas, etc.
IV – Desmontagem	
V – Avaliação	
	Relatório de avaliação
	Prestação de contas
	Agraciamentos
Quadro 4 – Proposta baseada nas figuras apresentadas por Scheiner⁶	

⁴ GAGETE, Élida; TOTINI, Beth. **Memória institucional**, uma análise da sua evolução. In: MEMÓRIA de empresa: História e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004.

⁵ Quadro apresentada no Capítulo 2.

⁶ SCHEINER, Tereza Cristina. **Criando realidades através de exposições**. In: GRANATO, Marcus e SANTOS, Cláudia Penha dos (Org). Rio de Janeiro: MAST Colloquia. Passim..

Como este trabalho somente abordará o processo de criação de um determinado projeto expográfico, nos ateremos à etapa da “pré-montagem”, conforme apresentada pela autora. Contudo, para refletir sobre esta fase em especial, é importante ressaltar que o processo que resultaria em uma exposição é bem mais amplo e, por isso, envolve outras etapas, procedimentos. Segundo a autora⁷,

Do ponto de vista da teoria e da metodologia da Museologia, o processo de uma exposição envolve não apenas o planejamento, o desenvolvimento de um projeto, a montagem e a organização, mas estende-se a todas as etapas de produção – antes, durante e depois da criação da exposição. Este processo se inicia muitos meses (às vezes, alguns anos) antes da realização da exposição, com uma fase a que denominamos pré-montagem e que tem as seguintes etapas: 1) concepção; 2) planejamento; 3) programação; 4) produção.

Para Marília Xavier Cury, a elaboração de um projeto de exposição compreende um processo maior de construção expositiva, que envolve a concepção museológica e execução (montagem). Neste trabalho, nos ateremos ao processo inicial de concepção museológica.



Figura 1- Fluxograma 1⁸ : A concepção

⁷ Idem. P. 9.

⁸ CURY, Marília Xavier. **Exposição**. Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2008, p. 103.

Para Cury, o processo de concepção envolveria, além da concepção museológica, a concepção expográfica e a elaboração do projeto museológico. O projeto de exposição partiria de uma concepção museológica. Em um primeiro plano, durante a concepção museológica, é colocado o “tema da exposição e seu corte conceitual”⁹, além da sua inter-relação com outros temas e áreas do conhecimento. Na sequência, teríamos a definição do conceito e a importância do público no processo de concepção da exposição. Os objetos viriam na sequência, juntamente com o laudo técnico do acervo, orientando a viabilidade de uso de determinados itens do acervo, e a definição do objetivo e justificativa da exposição. A definição dos adjetivos da exposição também auxiliaria ao processo, sendo sugerida a definição de oito palavras¹⁰: associação, policial, memória, conquistas, reconhecimento, valorização, histórico e comunicação. A partir da definição do objetivo. Outro fator importante seria a definição da frase síntese da exposição, que será apresentada no final desta parte.

Após preencher os referidos quesitos, poderíamos conceber a forma e o espaço.

A concepção espacial envolveria

Definição da planta conceitual, ou seja, criação de áreas conceituais em planta arquitetônica, distribuindo e valorando os tópicos de desenvolvimento conceitual (e suas relações hierárquicas), respeitando o mapa cognitivo e a(s) chaves intelectual (is) e emocional (is), no espaço físico disponível; estabelecimento do circuito da experiência (apreciação) do público (linear ou múltiplas possibilidades); dar valor ao espaço a partir dos adjetivos relacionados ao tema.¹¹

No que diz respeito à forma:

Criação do padrão de composição visual, iniciando a construção da visualidade tridimensional da exposição (mesmo que estejam trabalhando com recursos bidimensionais como a planta-baixa), criando-se valores visuais a partir dos adjetivos relacionados ao tema;

⁹ CURY, Marília Xavier. **Exposição**. Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2008, p. 103.

¹⁰ Idem. p. 104.

¹¹ CURY, Marília Xavier. **Exposição**. Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2008, p. 104.

definição do padrão expográfico, melhor dizendo, definição dos principais recursos expográficos, incluindo a linguagem de apoio.¹²

Seguindo o fluxograma acima, a concepção expográfica e a elaboração do projeto museológico viriam na sequência, completando, assim, o processo de concepção.

Seguindo a proposta de Cury, a execução seria a segunda e última fase, após a concepção, sendo composta pela pré-montagem, plano técnico fabricação e montagem/ instalação. Contudo, esta fase não será abordada neste trabalho, por estar restrito ao processo de concepção, por ser um trabalho alicerçado em uma reflexão teórica e prática de concepção expográfica, limitada às problemáticas existentes em um projeto.

Quanto à importância museológica do acervo e a sua relação com o tema da exposição, ressaltamos que os objetos devem ser expostos após estudos profundos sobre a sua importância, não se restringindo a informações sobre datas, tamanhos ou autorias. O estudo dos objetos deve ser mais profundo, o que exige estudos sistemáticos dos acervos institucionais, objetivando ampliar o conhecimento institucional sobre cada item preservado, não se limitando a informações objetivas, a partir de listagens ou fichas catalográficas de objetos, mas ampliando os conhecimentos institucionais a partir de pesquisas sobre cada item preservado. Tal perspectiva seria possível com o arquivamento dos registros obtidos a partir de amplas pesquisas que contextualizem cada objeto preservado, utilizando-se, para isso, formato acadêmico, com metodologias e objetivos claros, registrados em relatórios ou publicações continuadas. Outro importante objeto de pesquisa, além do acervo, seria a própria instituição, através de reflexões registradas em relatórios e/ou publicações seriadas sobre os seus documentos histórico e administrativos.

No caso do projeto expográfico do CM-ADPF, em acordo com o departamento de comunicação da ADPF, poderíamos definir que a exposição tem como tema os 37 anos de fundação da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, e o seu recorte conceitual estaria voltado às

¹² CURY, Marília Xavier. **Exposição**. Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2008, p. 104.

realizações da Associação em prol dos delegados associados, assim como as defesas das prerrogativas da classe e todas as conquistas da ADPF que envolve a entidade da Polícia Federal, contando com os esforços dos sócios-fundadores para a consolidação da Associação.

Ao refletir sobre o objetivo da exposição, definimos que seria, a partir das expectativas institucionais: a) exaltar os fundadores da Associação e todos aqueles que contribuíram para a formação desta instituição, que hoje figura em destaque nacional; b) enfatizar os grandes feitos da ADPF, os quais impactam não somente na atuação profissional dos delegados federais, mas também na perspectiva política/social do nosso país.

Sabendo-se que a exposição do CM-ADPF servirá de elo entre o público-alvo - composto pelos associados da ADPF e seus familiares - e o patrimônio histórico e cultural da Associação, devemos ressaltar que toda exposição deseja despertar diferentes sensações no público, remetendo o produto expositivo ao campo emotivo de cada visitante, à sensação de pertencimento.

Participar de um processo de apreciação é existir por um momento através da sensibilidade e valores do outro. Os autores criam através de quem eles são pessoal e culturalmente, e o fruidor responde através de quem ele é, pessoal e culturalmente. É um encontro profundo¹³.

Assim, a frase que sintetizaria o aspecto geral da exposição seria: “ADPF, uma entidade em prol dos associados e da Polícia Federal”

Contudo, enquanto projeto expográfico na área da Museologia, e como a instituição pretende desenvolver maiores estudos sobre a sua memória, o foco inicial desta pesquisa, o que exigiu maior tempo de dedicação, foram os estudos dos objetos selecionados a partir do acervo existente no CM-ADPF. Somente após reflexão mais aprofundada sobre o acervo, foi possível retomar a definição do conceito expográfico, com o intuito de confirmá-lo ou não.


¹³ RIZZI, Maria Christina de Souza Lima. Apud CURY, Marília Xavier. **Exposição**. Conceção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2008, p. 39.

3.2.1 Análise de conservação do acervo selecionado





Para desenvolver qualquer exposição no âmbito da Museologia, é fundamental conhecer o acervo da instituição, seja através de documentos oficiais que comprovem a origem e o histórico de cada item existente no acervo, ou através de outros dados, como a constituição física de cada item do acervo, que venham a contribuir com a contextualização do acervo no espaço expositivo, incluindo o seu acondicionamento.

Ainda que de forma limitada, o acervo selecionado para a exposição, dentre os já mencionados no levantamento técnico, está voltado aos testemunhos materiais e imateriais da instituição, através de objetos e fontes imateriais, presentes na memória oral de sócios e ex-presidentes, ainda em fase de registro.

Ao analisar o levantamento existente no CM-ADPF, notamos haver apenas uma pequena quantidade de objetos tridimensionais. Dentre eles: troféus, medalhas, honrarias, prêmios e demais condecorações, além de outros testemunhos de conquistas jurídicas e sociais. Para a realização do projeto expográfico, selecionamos 14 objetos tridimensionais, dentre todos os existentes na Associação. Os objetos selecionados apresentam algumas características similares e foram agrupados com o objetivo de formarem uma coleção. Abaixo, segue o quadro com informações objetivas sobre os objetos existentes no acervo da instituição¹⁴.


NÚMERO	NOME	FOTO	HISTÓRICO	Medidas
0001	Quadro		Brasão da Polícia Federal entalhada em madeira. A obra foi encomendada pela instituição.	62cm x 48cm x 4cm

¹⁴ O sistema de numeração escolhido para o registro do acervo selecionado foi o sistema de um único número, no qual os dados dos objetos são organizados em ordem sequencial. Este sistema foi escolhido para o Centro de Memória por ser de fácil compreensão e por ser adequado ao seu pequeno porte.

0002	Quadro		Brasão da Polícia Federal entalhada em madeira. A obra foi encomendada pela instituição.	62cm x 48cm x 4cm
0003	Quadro		O II Encontro Nacional das Delegadas de Polícia Federal contou com a presença de delegadas de todo o Brasil, que se reuniram em Brasília – DF, nos dias 17 e 18 de maio de 2007. Na pauta da discussão estavam temas como a corrupção, o assédio moral e a discriminação do gênero. Organizado pela ADPF, o evento contou com presenças marcantes de convidados, como o ex-diretor geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda.	33,2cm x 46,2cm x 1,5cm
0004	Quadro		Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal. Ata de instalação. “No nono dia do mês de julho do ano de dois mil e oito, no Salão Nobre do Senado Federal, na cidade de Brasília, foi instalada, em cerimônia solene com a presença do Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, criada na forma do Requerimento nº 227, de 2008, aditados pelos Requerimentos nº (s) 751 e 794, de 2008 de autoria do Senador Renato Casagrande, e pelos Atos do Presidente nº 11 e 17, ambos de 2008.”	36,4 cm x 27,3 cm x 1,5cm
0005	Quadro		Em abril de 2004, no encerramento da gestão do presidente Bolivar Steinmetz, a ADPF recebeu o prêmio Quality. O prêmio, que foi instituído pela International Quality Service e pela Sociedade Brasileira de	50,5cm x 40,8cm x 1,5cm

			Educação e Integração, tem como objetivo reconhecer, distinguir e premiar a gestão de empresas e instituições que se destacam no mercado brasileiro, cuja excelência na qualidade de seus produtos ou serviços contribui efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico do país, valorizando o produto nacional.	
0006	Quadro		Entre os dias 13 e 15 de setembro, a APD reuniu, em Fortaleza-CE, 25 diretores regionais, além de diversos filiados à Fenadepol. O resultado do evento foi a Carta da Grande União de Fortaleza, que marca o compromisso da ADFP e da Fenadepol de realizarem um trabalho em conjunto, na busca de melhorias das condições de trabalho e remuneração da categoria.	66cm x 48cm x 1,5cm
0007	Troféu		1º Campeonato Brasileiro de Futebol para Delegados de Polícia. Macapá-AP. Evento realizado para promover a interação entre os Delegados.	12,5cm x 12cm x 5cm
0008	Troféu		Em abril de 2004, no encerramento da gestão do presidente Bolivar Steinmetz, a ADFP recebeu o prêmio Quality. O prêmio, que foi instituído pela International Quality Service e pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração, tem como objetivo reconhecer, distinguir e premiar a gestão de empresas e instituições que se destacam no mercado brasileiro, cuja excelência na qualidade de seus produtos ou serviços contribui efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico	8cm x 10cm x 19cm

			do país, valorizando o produto nacional.	
0009	Troféu		A Superintendência Regional de Santa Catarina e a Academia Nacional de Polícia – ANP realizaram, de 3 a 14 de maio, em Florianópolis/SC, o V Curso de Atualização em Bombas e Explosivos, objetivando o Aprimoramento e atualização em técnicas empregadas em artefatos explosivos.	21,2cm x 8cm x 19,2cm
0010	Troféu		O IV Congresso Nacional dos Policiais Federais foi realizado entre os dias 17 a 21 de Junho de 1996. O evento objetiva o estreitamento do vínculo profissional entre todas as Polícias.	17cm x 10cm x 27cm
0011	Troféu		Como agradecimento e reconhecimento à valorosa contribuição para os trabalhos do IV Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal, a ADPF homenageou cada panelista com um troféu com a logomarca do evento.	12cm x 7,6cm x 11cm
0012	Troféu		Troféu do VII JOIDS. Jogos Nacionais de Integração da Polícia Federal. Ocorreu no ano 200 na cidade de Natal-RN. Realizado pela ANSEF (Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal), contou com associados da ADPF, demonstrando integração entre as entidades.	15cm x 10cm x 19,5cm

0013	Medalha		Criada na gestão do presidente Jones Gomes Fontenelle. É considerada a mais alta honraria entregue pela Associação e serve para homenagear àqueles que faziam contribuição de grande valia à Associação ou à Entidade da Polícia Federal.	C: 43,96cm
0014	Trocéu		A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) promoveu o IX Encontro dos Diretores Regionais Reunião Extraordinária do Conselho de Diretores Regionais. O evento ocorreu no auditório da sede da ADPF em Brasília e tratou de assuntos gerais de interesse dos DPFs associados, como andamento da reestruturação da carreira policial federal e da lei orgânica, além de uma conversa franca e aberta com o Corregedor Geral da PF, Valdinho Jacinto Caetan, sobre correições, produtividade da Polícia Judiciária e controle externo da atividade policial.	Base C: 18,84cm Corpo C: 20,41cm
Quadro 4 – Informações sobre o acervo selecionado				

Em uma fase posterior ao estudo sobre o acervo, é importante compreender a constituição dos objetos preservados pela Instituição, tendo em vista a necessidade de criar uma exposição que informe e acondicione o acervo da forma correta. Algumas características devem ser consideradas no que diz respeito à conservação e ao acondicionamento de acervos. Assim, é fundamental apresentar o estado de conservação dos objetos selecionados para a exposição, uma vez que o diagnóstico prévio das intervenções necessárias apontarão a viabilidade da utilização de cada objeto, além de indicar acondicionamento ideal do acervo em cada sala de exposição.

NÚMERO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
0001	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0002	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0003	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0004	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0005	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0006	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0007	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0008	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0009	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0010	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0011	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0012	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
0013	(X) Ótimo	() Bom	() Regular	() Péssimo
0014	() Ótimo	(X) Bom	() Regular	() Péssimo
Quadro 5 – estado de conservação do acervo selecionado¹⁵				

Segundo os quadros acima, poderíamos perceber que: 1) os itens selecionados poderiam ser expostos, por estarem, em sua maioria, em bom estado de conservação; 2) e a diversidade de materiais presentes nos itens selecionados (ver quadro 4) implicaria em desenvolver as suas salas expositivas com climatização adequada à diversidade.

Em relação aos materiais que compõem o acervo do CM-ADPF, o quadro abaixo apresenta dados referentes à sensibilidade dos componentes de objetos.

Material	Sensibilidade à umidade		Efeitos sobre os objetos	Sensibilidade ao mofo (proliferação de microrganismos)
	Máxima %	Mínima %		
Papéis	60	45	Degelo rápido e secura rápida: perda de flexibilidade	Extrema
Fotos e filmes	45 (40 ideal)	30	Efeitos rápidos sobre as dimensões; UR alta amolece e, às vezes, dissolve a gelatina; UR muito baixa: o papel e a gelatina tornam-se quebradiços.	Extrema
Fotografias coloridas	30 (ideal)			
Papéis estirados	60	45	Telas, desenhos, pastéis se contraem e rasgam em atmosfera seca.	Extrema
Madeiras	60	45	Efeitos lentos sobre as	Pouca

¹⁵ Critérios do estado de conservação baseados na publicação: Princípios básicos da museologia / Evanise Pascoa Costa. - Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/ Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

	(crítico)		dimensões variam de acordo com a proteção contra a UR que receba. Afetada pela mudança de estações.	(exceto em UR alta)
Madeiras pintadas	60 (crítico)	45	A secura ocasiona a contração das fibras, provocando grave deterioração quando a madeira é suporte de outros materiais como, por exemplo, a madeira pintada. As esculturas, o mobiliário, os instrumentos de música e os objetos de arte decorativa podem também estar revestidos por uma camada de gesso (fundo de preparação), pintados e dourados. Estes revestimentos são poucos sensíveis às flutuações normais de UR. No entanto, se o suporte de madeira se contrai, os revestimentos são comprimidos , o que ocasiona bolhas e escamações (craquelamento, concheamentos, descolamentos). Em caso extremo de UR (inundações, condensadas, superfícies molhadas) o gesso, as colas das junções e certas pinturas podem amolecer e dissolverem-se.	Pouca (exceto em UR muito alta)
Plástico	---	---	Não são sensíveis às mudanças de UR e sim às mudanças de temperatura.	UR alta produz mofo em certos plásticos
Metais polidos	Inferior a 30 % de preferência		As dimensões não reagem às mudanças de UR, reagem com a mudança extrema de temperatura. Risco de deterioração quando a UR alta estimula a presença do ácido carbônico, do anidrido sulfuroso, do cloro, etc. e dos ácidos produzidos pela madeira. Os materiais ferrosos enferrujam em UR alta. O cobre: sobre a ação de contaminantes clorados transportados pelo ar e pela UR alta, pode ser atingido pela doença do bronze. A prata: UR alta provoca a formação de depósitos	

			sulfurosos.	
Vidros	60	45	As dimensões geralmente resistem às mudanças atmosféricas normais. Evitar mudanças bruscas de UR e de T. Certos objetos em vidro antigo reagem sob a ação da UR alta, através da “transpiração de vidro”	
Quadro 6 - Sensibilidade dos componentes de alguns objetos¹⁶.				

Apesar de não conter muitos documentos em papel nesta proposta de exposição, é importante ressaltar que o Centro de Memória da Polícia Federal preserva, em sua maioria, registros feitos em papel. A partir de tal informação, é importante ressaltar que todos os materiais orgânicos são extremamente frágeis e facilmente deterioráveis por agentes físicos, químicos e biológicos. Abaixo, segue um quadro resumido que trata sobre os externos agentes agressores de documentos em papel.

Agentes exteriores	
Agentes Físicos	
Luminosidade	A luz é um dos fatores mais agravantes no processo de degradação dos materiais bibliográficos
Temperatura	Papel se deteriora com o tempo, mesmo que as condições de conservação sejam adequadas. O papel pode ter a sua cor alterada e se torna frágil, processo comumente chamado de envelhecimento natural.
Agentes Químicos	
Acidez do papel	Os papéis brasileiros apresentam um índice de acidez elevado (PH 5, em média), tendo a sua permanência incerta. Nos países tropicais e subtropicais têm a variação de umidade relativa com as altas temperaturas.
Poluição atmosférica	Principal causa de degradação química, a poluição atmosférica pode agir sobre a celulose, atacando tais materiais orgânicos com os ácidos existentes neste agente químico, mesmo estando nas condições de conservação mais favoráveis.
Tintas	Composto mais importante nos documentos, as tintas são encontradas em registros
Agentes Biológicos	
Insetos	O ataque de insetos têm provocado graves danos a arquivos e bibliotecas, destruindo coleções e documentos preciosos. Os principais insetos são: Anobiídeos (brocas e carunchos), Thysanura (traça) e blatta orientalis (barata).

¹⁶ Quadro desenvolvido por William R. Leisher, conservador da National Gallery of Art, Washington, D.C., incluindo em *La Mise en Réserve des Collections de Musée- Unesco*, 1980 – tradução da Profa. Violeta Cheniaux.

Fungos	Atuam decompondo a celulose. Muitos fungos produzem pigmentos que mancham o papel.
Roedores	Podendo provocar desgastes de até 20 % do total do documento, a luta contra os ratos é mais difícil que a prevenção contra insetos.
Agentes ambientais	
Ventilação	Quando há pouca aeração, a ventilação é um outro fator que pode favorecer o desenvolvimento dos agentes biológicos sobre os materiais gráficos.
Poeira	O pó favorece o desenvolvimento dos agentes biológicos sobre os materiais gráficos.
Agentes Humanos	
Humano	O homem, quando não faz uso dos documentos da forma correta, é outro agente agressor de livros e documentos, embora devêssemos imaginar que ele deveria ser o mais cuidadoso guardião dos documentos.
Quadro 7 – Agente agressores externos¹⁷	

Para tanto, antes de transferir o acervo para a sala expositiva, é importante higienizar cada item e avaliar a climatização do espaço, analisando os índices de umidade, temperatura e lux de cada sala.

No que tange à umidade, os índices podem ser medidos pela quantidade de umidade relativa do ar, expressa em porcentagem. Para fazer a aferição, é necessário o higrômetro, instrumento de medição absoluta ou relativa da umidade atmosférica.

No que tange à temperatura, para que haja controle climático do ambiente, é necessária a aquisição de um termômetro. Ambos os índices, de umidade e temperatura, podem ser verificados por um único aparelho:



Figura 2 –Termo-higrômetro¹⁸.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Características: Faixa de temperatura: -10 ~ +50 ° C (14 ~ 122 ° F); Faixa de umidade: 10% ~ 99% RH; Resolução da temperatura: 0,1 ° C (0,1 ° F); Precisão umidade: 1% RH; Precisão

No que tange a medição de intensidade luminosa, o aparelho necessário para fazer a aferição é o luxímetro, destinado a medir o nível de iluminamento ou iluminância de uma superfície. A unidade de medida é o lux.



Figura 3 - Luxímetro¹⁹.

Ainda sobre a iluminação do acervo, é importante ressaltar que, segundo Gary Thowson²⁰, o efeito da luz sobre o acervo é cumulativo e irreversível.

Em geral, a luz ou a luz visível é qualquer radiação eletromagnética do espectro visível (captada pela vista humana), que se situa entre as gamas infravermelho (I.V.) e ultravioleta (U.V.). As diferentes fontes de luz (natural, incandescente, fluorescente ou outras) usadas em instituições museológicas emitem radiações em proporções variáveis, na gama do espectro óptico²¹.

Lux (lúmen por metro quadrado– lm/m^2) é a unidade utilizada como medidor da intensidade da luz. No que tange à U.V, a unidade de medida é o

da temperatura: $\pm 1^\circ \text{C}$ ($1,8^\circ \text{F}$); Precisão Umidade: $\pm 5\%$ UR (40% ~ 80%). Disponível em: <<http://www.montanaimport.com.br/termometro-mecedor-de-umidade-relativa-do-ar-com-relogio-e-despertador-p55>>. Acessado em: 10 de nov. de 2013.

¹⁹ Características: Instrumento digital portátil, com LCD de 3 ½ dígitos, precisão básica 4% da leitura, com mudança de faixa manual, resposta espectral fotópica CIE, sensor tipo foto diodo de silício e valor corrigido pela regra do coseno. Disponível em: <<http://loja.bagarel.com.br/luximetro-digital-mlm-1011-minipa-p160/>>. Acessado em: 10 de nov. de 2013.

²⁰ THOMSON, Garry, **The Museum Environment**, Second Edition, Butterworth- Heinemann, Great Britan, 1986.

²¹ CAMACHO, Carla. Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos. **Temas de Museologia**. Lisboa, 2007.

microwatt por lúmen ($\mu\text{W}/\text{lm}$). No quadro abaixo, apresentamos valores máximos recomendados considerando uma exposição diária de 7 horas.

Sensibilidade – Materiais	LUX	UV
Muito sensíveis: têxteis, aquarelas, guaches, obras em papel, pergaminho, fotografia a cores, couro pintado, maioria dos objetos de coleções etnográficas e de história natural	<50	<30
Sensíveis: pintura a óleo e têmpera, couro não pintado, laca, mobiliário, osso, marfim, corno, fotografia a preto e branco	< 200	<75
Pouco sensíveis: metais, pedra, cerâmica, vidro	<300	<75
Quadro 8²²		

Abaixo, segue a quadro publicada pelo ICOM, com os valores anuais de exposição à luz.

Sensibilidade	Intensidade da luz	Tempo recomendado	Intensidade máxima de exposição à luz/ano
Muito sensíveis	50 lux	250 h/ano	12500 lux / ano
Sensíveis	200 lux	3000 h/ano	600000 lux / ano
Pouco sensíveis	300 lux	-	-
Quadro 9²³²⁴			

Levando em consideração a fotossensibilidade do acervo, o local do CM-ADPF não apresentará incidência direta de luz solar, uma vez que seriam instaladas paredes falsas que fechariam janelas e portas, o que requer o uso

²² Idem. P.98

²³ ICOM, apud CAMACHO, Carla. Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos. **Temas de Museologia. Lisboa, 2007.p.98**

²⁴ “As normas citadas devem ser utilizadas com precaução, pois elas descrevem as condições ideais. Os limites a serem observados para assegurar a boa conservação de um objeto dependem da sua história, da sua estrutura e das condições climáticas nas quais ele já foi submetido. Por exemplo, um objeto em madeira, proveniente de uma região árida (que nunca tenha saído desta região) tem uma taxa normal de umidade inferior àquela de um objeto em madeira proveniente de regiões setentrionais dos USA ou da Europa. Seria inútil submeter este objeto proveniente de região árida ao nível de 50% de UR, necessário ao objeto vindo das regiões setentrionais; 25% a 30% de UR seria, sem dúvida, a Umidade relativa ideal para a madeira proveniente das zonas áridas. O mais importante é que a estabilidade do meio ambiente possibilite a proteção dos objetos” (SÁ, Ivan Coelho de. Normas de trabalho, cuidados e precauções básicas recomendadas a todos os usuários. Laboratório de conservação-restauração. Museu Histórico do exército e forte de Copacabana. Divisão de preservação. 1995. SP).

de ar-condicionado ligado ininterruptamente – para que não ocorra variação climática - sendo utilizada a iluminação artificial a partir de lâmpadas *LED* de luz branca com película de proteção U.V. A lâmpada LED é cada vez mais utilizada em exposições levando em consideração as seguintes características:

O LED não emite raios UV e Infravermelho e tem baixa emissão de calor, o que ajuda a manter uma temperatura sadia sobre as peças e agradável a sensação no ambiente. Além disso, o LED se justifica na aplicação em museus pela versatilidade, pelas opções de temperatura de cor e variedade de cores, tornando-se um grande aliado para destacar a arquitetura do local.²⁵

E, também, devido a seu aspecto econômico:

Possuem, em média, uma duração entre 10 anos (ligadas 24 horas por dia) e 30 anos (ligadas 10 horas por dia); as emissões de radiação U.V. e I.V. são extremamente baixas; reduzem consideravelmente o consumo energético, pois são lâmpadas de muito baixo consumo e reduzem custos de substituição de lâmpadas e de serviços de manutenção associados²⁶.

Contudo, é fundamental, independentemente do tipo de lâmpada utilizada, o controle sistemático da incidência de LUX através do luxímetro, nas salas de exposição.

3.2.2 Proposta Museológica: narrativa expográfica

Após as reflexões acima, as quais se basearam no histórico da ADPF e no acervo do Centro de Memória da referida associação, além de reflexões sobre os aspectos teóricos e técnicos existentes no processo de criação de exposições museológicas - desenvolvimento do projeto expográfico, estudo dos objetos selecionados, acondicionamento do acervo e estudos sobre climatização e luminância da sala expositiva – apresentaremos a proposta de narrativa expográfica para a sala de exposição da ADPF.

²⁵ Disponível em: <<http://www.golden.blog.br/1216/led-valoriza-iluminacao-em-museus-sem-danificar/>>. Acessado em: 18 de dez. de 2013.

²⁶ CAMACHO, Carla. Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos. **Temas de Museologia**. Lisboa, 2007, p. 100.

Abaixo, apresentamos a imagem atualizada do provável espaço expositivo.



Figura 4 - Foto do espaço atual



Figura 5 - Foto do espaço atual

Para a análise espacial, foram realizados estudos no espaço expositivo durante todo o processo de concepção do projeto expográfico. Atualmente, o espaço disponível localiza-se no primeiro pavimento de uma casa de dois pavimentos localizada no Lago Sul, em Brasília - Distrito Federal. Em um primeiro momento, além do registro imagético do local, foram solicitadas as plantas do primeiro pavimento da atual sede. A partir de tais dados, foi possível analisar a disposição espacial da casa onde a Associação encontra-se, vislumbrando o fluxo natural de circulação dos futuros visitantes, além do atual fluxo de circulação da edificação. Foram localizados os acessos principais, banheiros, bebedouros e áreas para descanso, além de rotas de fuga em caso de incêndio. A partir de tais aspectos, foi possível sugerir a criação de duas salas expositivas no pavimento inferior da edificação.

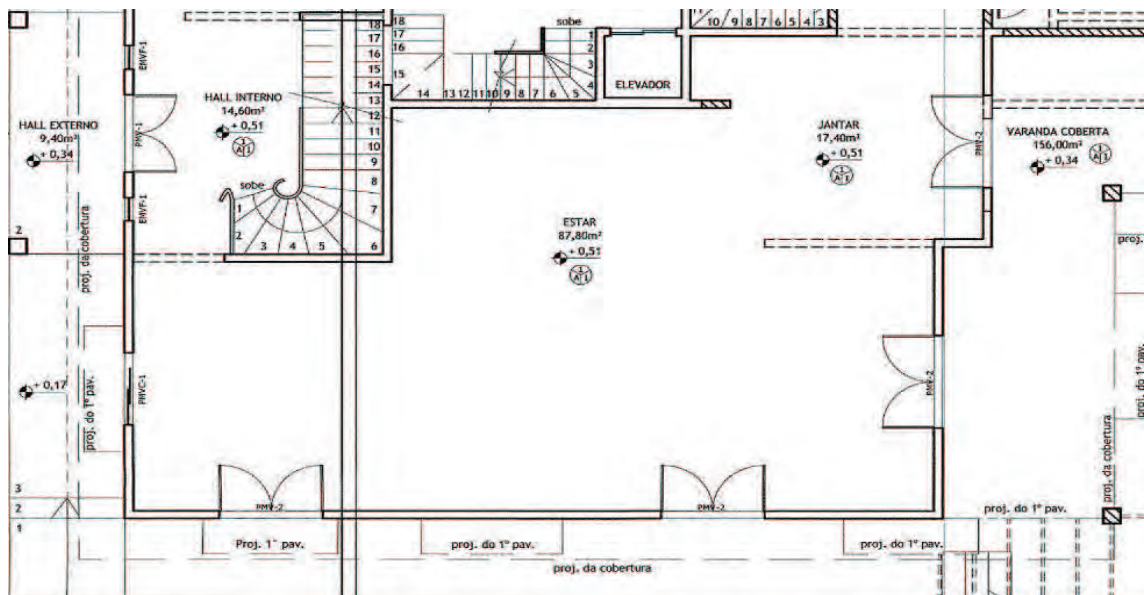


Figura 6- Planta baixa do térreo (ADPF)

Na planta abaixo, foram identificadas as duas salas expositivas, além da entrada e saída do circuito. Comparando a figura 4 com a figura 5, podemos observar que o espaço anterior tinha função mista, ora funcionando como sala de reunião, ora como auditório. Para manter o espaço dedicado às reuniões, sugerimos a criação de uma parede falsa que separasse as salas expositivas do auditório.

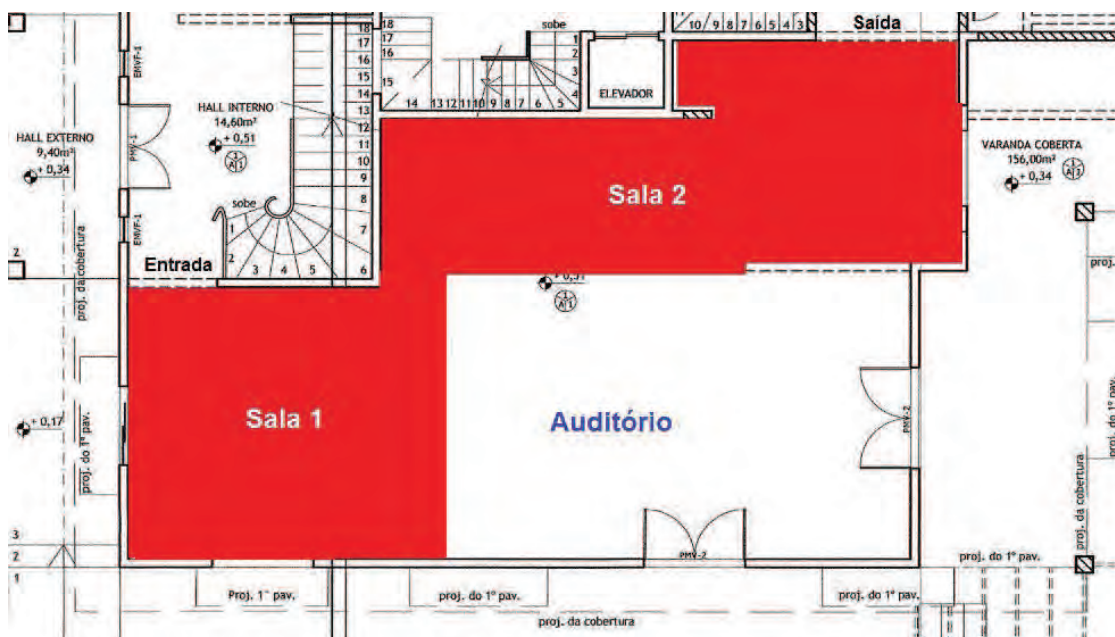


Figura 7- Planta baixa do térreo (ADPF)

Abaixo, seguem as imagens do processo posterior de criação do espaço na plataforma 3D ou maquete eletrônica.

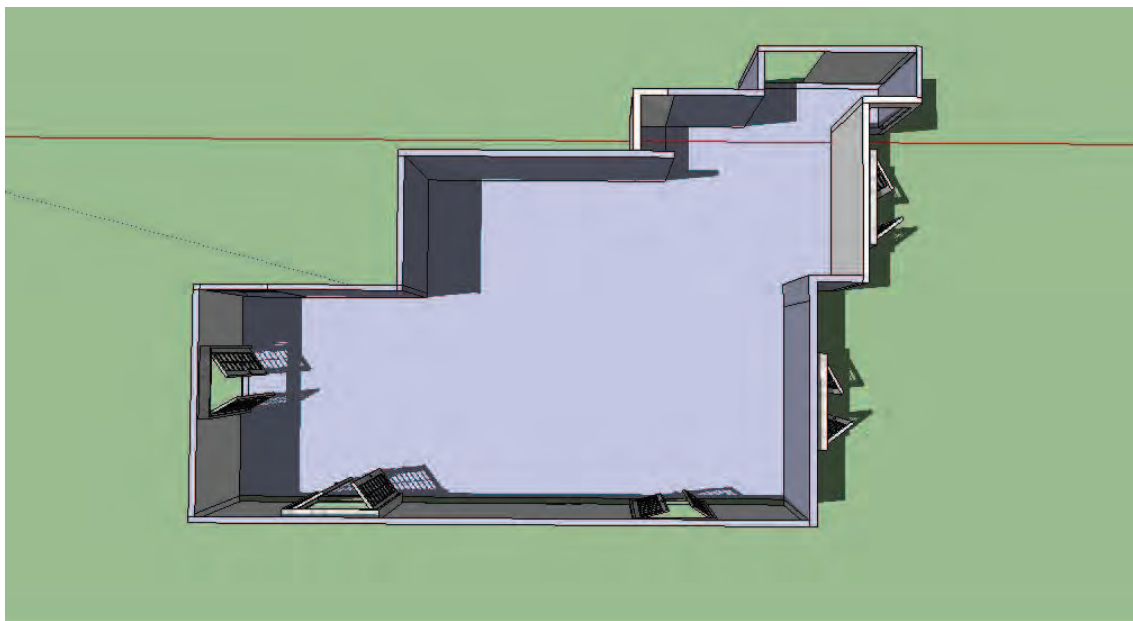


Figura 8 - Planta criada em plataforma 3D

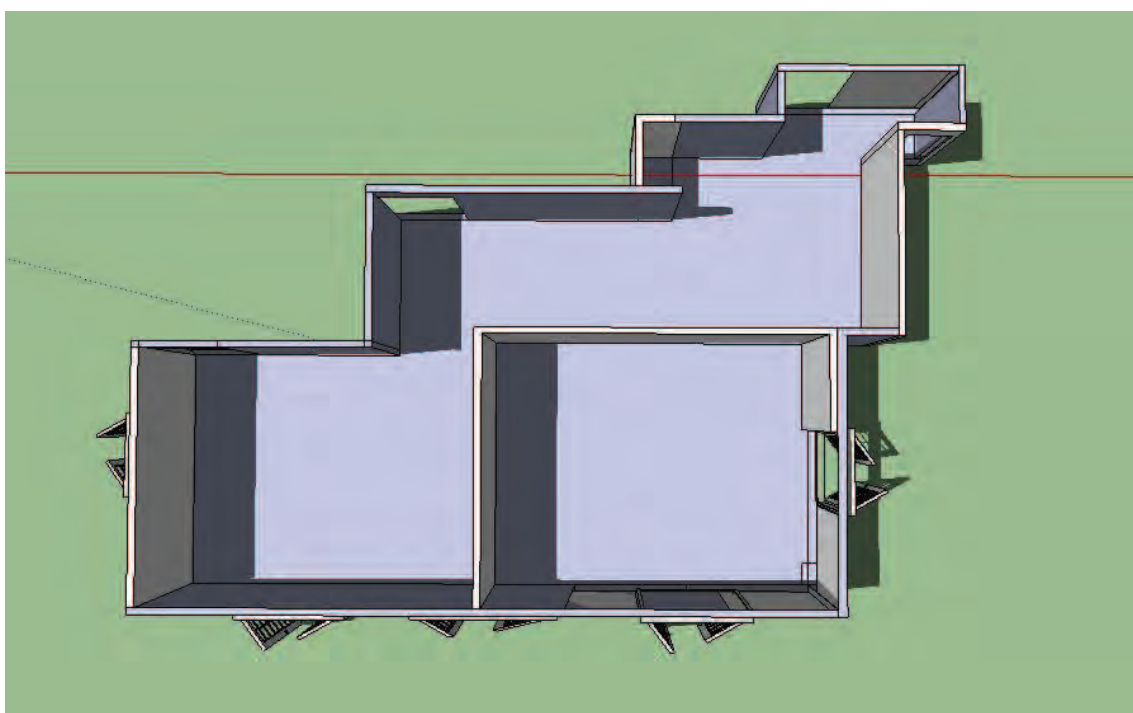


Figura 9 - Criação das paredes da sala do auditório na plataforma 3D (desenvolvimento da maquete eletrônica) ²⁷

²⁷ O espaço disponibilizado para a exposição também é o mesmo destinado ao auditório da ADPF. Desta forma, propusemos a implantação de paredes de compensado para delimitar a região que será destinada ao auditório.

O acesso à sala de exposição e o acesso ao auditório serão diferentes e independentes. O auditório teria capacidade média para 36 pessoas, além de comportar mesa e tela de TV LCD. O acesso ao auditório aconteceria através das duas portas, voltadas para a área externa da casa.

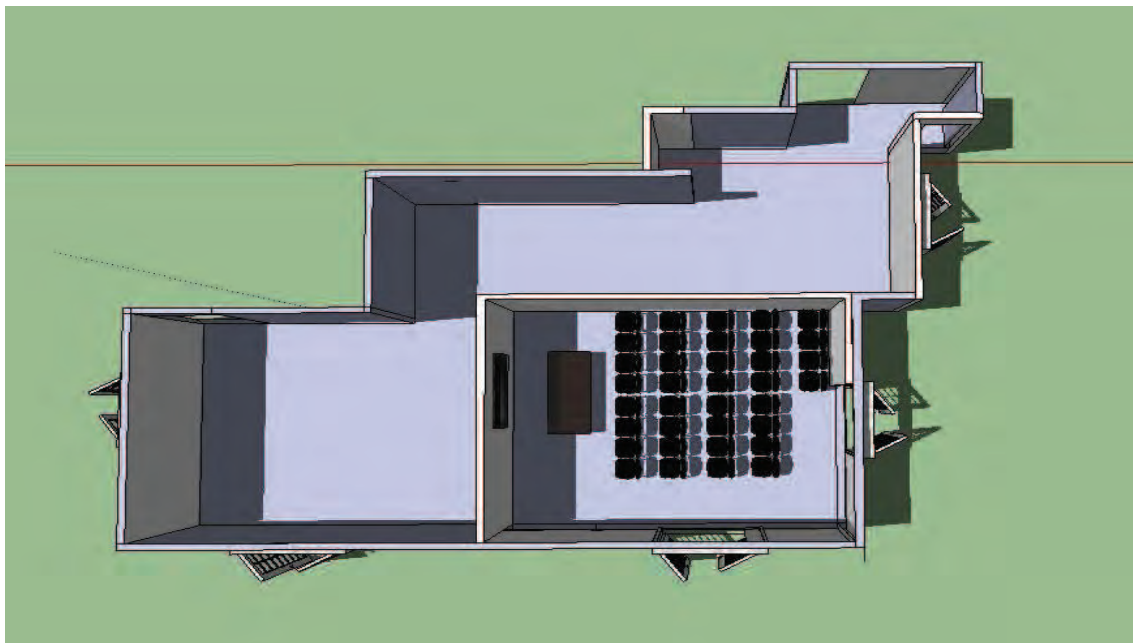


Figura 10²⁸

Na imagem seguinte, foram colocadas as texturas que representam os pisos e paredes dos espaços, além da inclusão de vitrines e bancos nas salas de exposição.

²⁸ Sugestão para o auditório.

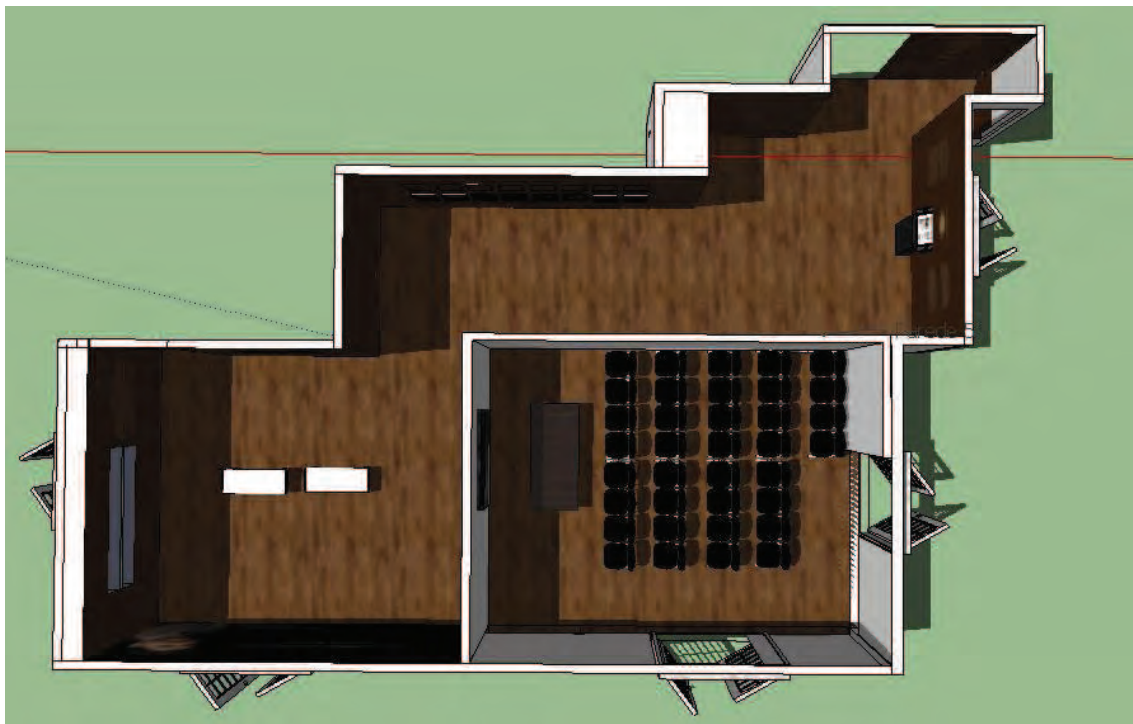


Figura 11- Visão geral do layout

Abaixo, segue a planta-baixa do percurso expográfico.

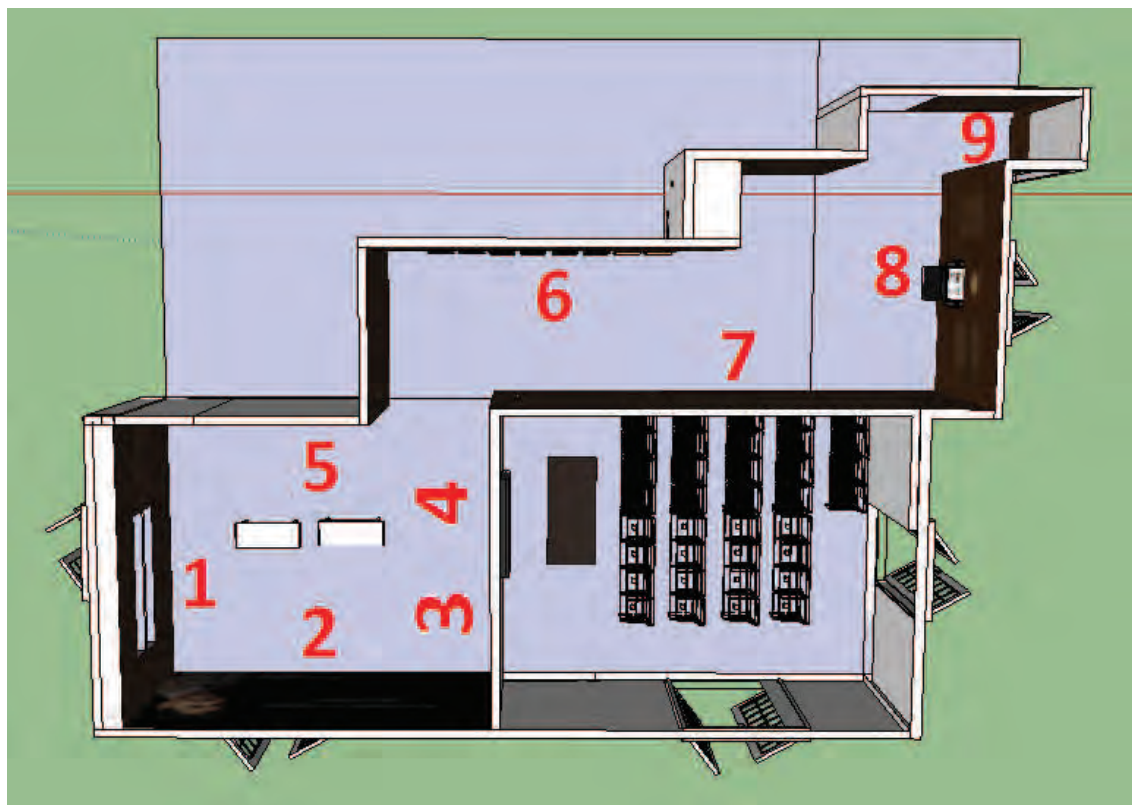


Figura 21 – percurso expográfico.

No que diz respeito às salas, foram definidos os módulos ou núcleos da exposição após reflexões obtidas a partir de 3(três) fatores fundamentais: missão institucional, acervo e viabilidade técnica e financeira. A partir da missão e de informações pesquisadas sobre o acervo do Centro de memória da ADPF, estruturou-se a narrativa expográfica da seguinte forma:

Na primeira parede do Módulo 1, seria apresentado um breve resumo sobre o início da Associação e uma vitrine, embutida na parede falsa construída em madeira ou de gesso acartonado²⁹, sendo o acervo selecionado para este primeiro módulo os objetos: 0007, 0008, 0009, 0010, 0011, 0012, 0013 e 0014 (etiquetas em anexo). Os demais objetos selecionados para o CM-ADPF ficariam adequadamente acondicionados na Reserva Técnica.

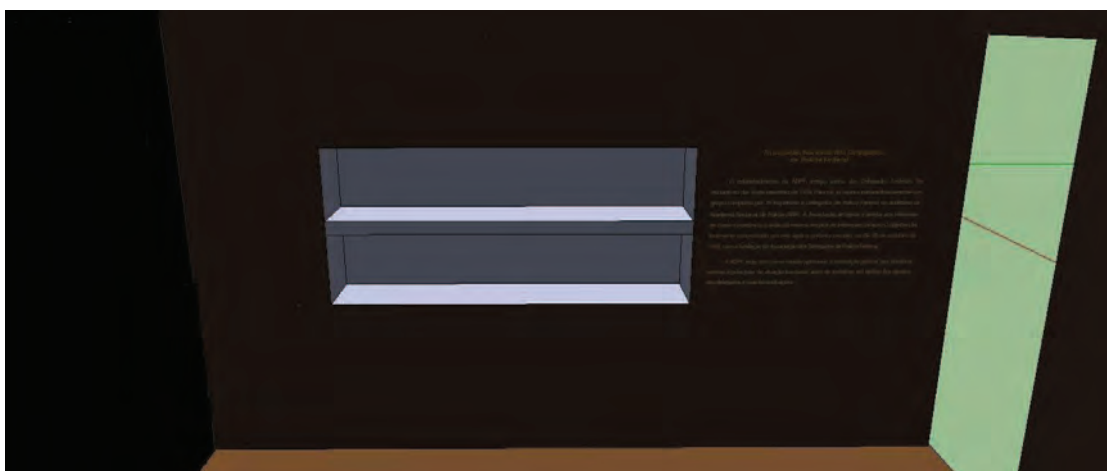


Figura 12 – Parede 1

Na vitrine embutida na Parede 1, foi pensado, inicialmente, a utilização de lâmpadas de LED branca, com filtro UV. Segundo orientações teóricas³⁰ do campo da conservação, é recomendado o uso de iluminação externa à vitrine.

²⁹ Gesso Acartonado é um componente de construção de paredes internas e serve para ser utilizado como sistema de vedação. Quando atendidas as configurações recomendadas na especificação e com correta execução, o gesso acartonado pode ter desempenho adequado de isolamento sonoro. Disponível em: <http://www.gaama.ufsc.br/articles/Especializadas/04_07_2004.pdf>. Acessado em: 20 de nov. de 2013.

³⁰ CAMACHO, Carla. Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos. **Temas de Museologia**. Lisboa, 2007, p. 100.

Contudo, a iluminação interna pode ser utilizada se a lâmpada apresentar proteção de isolamento de reatores e ventoinhas para liberação do calor. Sugerimos, também, o uso do vidro³¹ antirreflexo³².

Na segunda parede (parede 02) seria colocada a frase “uma entidade sem memória não tem futuro”³³, proferida pelo atual presidente da Associação, Delegado Marcos Leôncio de Sousa Ribeiro, no discurso de inauguração do Projeto Memória, por mostrar a importância em preservar a memória institucional.

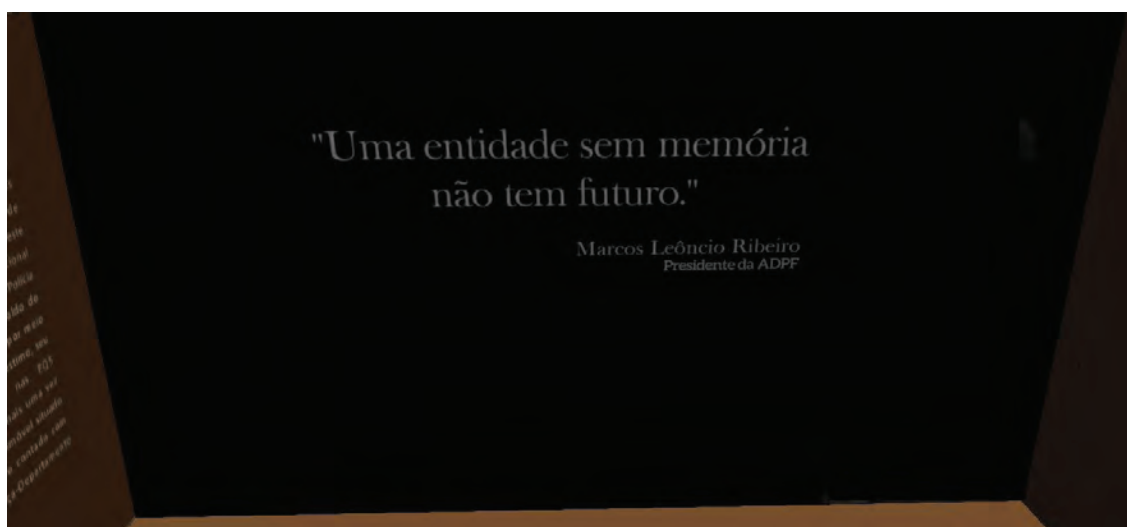


Figura 13 – Parede 2

Na terceira parede, seria apresentada a trajetória das primeiras sedes da Associação, remontando a conquista da sede atual. A quarta parede abordaria a importância das sedes regionais da Associação, distribuídas pelas demais regiões do País.

³¹ Hoje, existem diferentes tipos de vidros, dentre eles: Vidro Espelhado, antivandalismo, anti-reflexo, aramado, autolimpante, comum, curvo, fotovoltaico, impresso, insulado ou duplo, laminado, Low-e (baixo-emissivo), multilaminado, pintado a frio, pintado a quente (serigrafado), refletivo, resistente a balas, resistente ao fogo, temperado. Neste trabalho, sugerimos o uso do vidro antirreflexo.

³² O vidro antirreflexo é composto de microtexturas que lhe proporciona grande capacidade de difusão de luz, eliminando reflexos luminosos sem alterar a capacidade de transmissão de luz. Disponível em: <http://www.andiv.com.br/vidro_anti-reflexo.asp>. Acessado em 20 de out. de 2013.

³³ Projeto Memória. Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Disponível em: <http://www.adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia_portal.wsp?tmp.edt.materia_codigo=5747#.Uo4mDMQ3sUx>. Acessado em 20 de out. de 2013.



Figura 14 – Parede 3 e 4

Na quinta e última parede do módulo1, os visitantes assistiriam vídeos dos depoimentos dos sócios-fundadores da ADPF, podendo escolher a partir de uma tela touchscreen. Os equipamentos necessários, alocados na parte superior da parede, seriam: cabos energizados, pendriver (com os vídeos) conectado no monitor touchscreen³⁴ e Home Theater³⁵, para a projeção do som e imagem.

³⁴ Monitor 60" touchscreen e smart TV LED LCD portátil. Entrada e saída: USB, VGA, HDMI, saída de áudio.

³⁵ Sistema de Home Theater Lifestyle V35 – Bose. Conexões: 4 Entradas E 1 Saída HDMI / 2 Entradas E 1 Saída Ótica / 2 Entradas E 1 Saída Coaxial / 1 Entrada E 1 Saída Video Componente / 2 Entradas E 1 Saída Video Composto / 6 Entradas E 1 Saída Áudio Estéreo / 1 Entrada Usb / Entrada Para Dock Ipod. Sistema de som: 6 fontes de áudio e vídeo de alta definição ao console do Lifestyle tais como Blu-ray player, TV à cabo e vídeo game. Dimensões aproximadas de cada peça (cm) - AxLxP: Media Console: 42,16 x 7,62 x 23,62 cm ; Caixas Acústicas: 5,6 x 11,2 x 8,1 cm ; Caixa Central: 14 x 6 x 6,7 cm; Módulo Acoustimass®: 20,3 x 33 x 54,9 cm. Peso aproximado de cada peça (kg): 33Kg

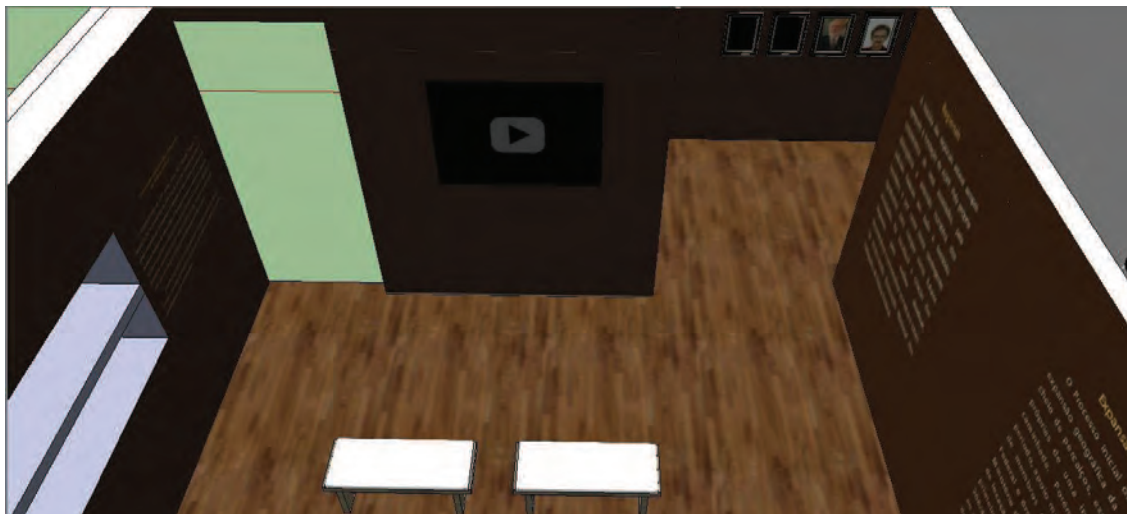


Figura 15 – Parede 5

No Módulo 2, as informações seriam dispostas em duas paredes. Na primeira parede do módulo (ou Parede 6), seria colocada uma galeria com fotos dos ex-Presidentes, dispostos em 16 quadros.



Figura 16 – Parede 6

Na segunda parede do Módulo 2 (ou Parede 7), seria disponibilizada uma Linha do Tempo, com os principais fatos que marcaram a história da ADPF em seus 37 anos de existência.



Figura 17 – Parede 7

Por serem muitas as informações, existe uma segunda possibilidade de layout, baseada em uma parede com dados mais pontuais, sendo os detalhes disponibilizados no multimídia localizado na próxima parede.

No Módulo 3, a primeira parede (ou Parede 8) trataria sobre a comunicação ADPF, a partir de textos sobre as duas principais publicações da Associação (Prisma e Boletim Síntese) e sobre o Portal institucional existente na internet.



Figura 18 – Totem digital³⁶

Neste Módulo, os visitantes acessariam todos os canais de comunicação da ADPF por meio de um totem digital.

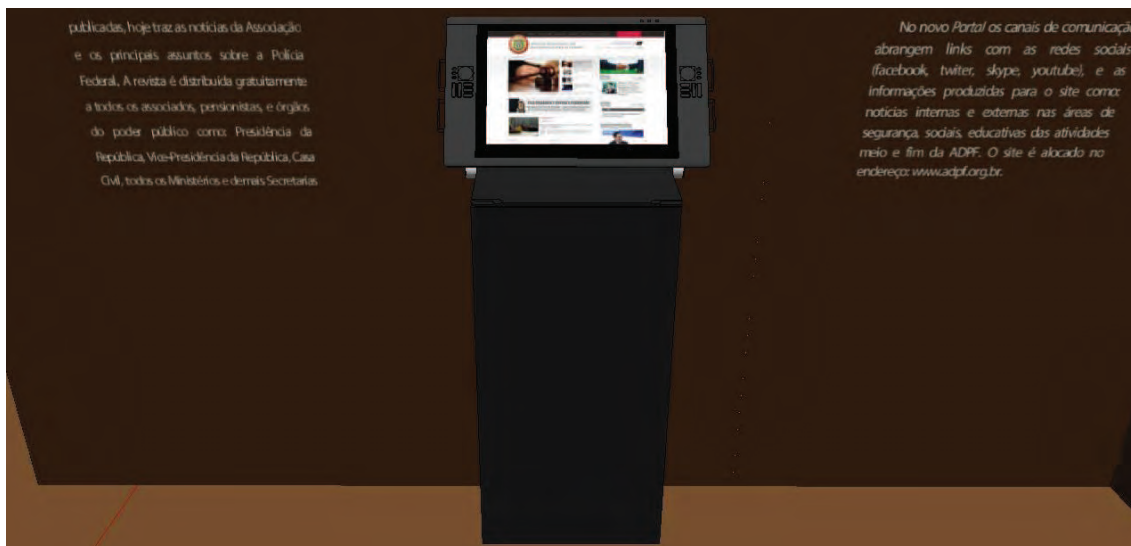


Figura 19 – Parede 8

Na sequência, seria disponibilizada a ficha- técnica da exposição na última parede do referido Módulo (ou Parede 9).



Figura 20 – Parede 9

Abaixo, segue a planta-baixa do percurso expográfico.

³⁶ Touchsmart IQ770. Modelo desktop com um écran LCD de 19" orientável de tecnologia touch screen. Disponível em: http://obviousmag.org/archives/2007/09/hp_touchsmart_i.html. Acessado em: 10 de Nov. 2013.

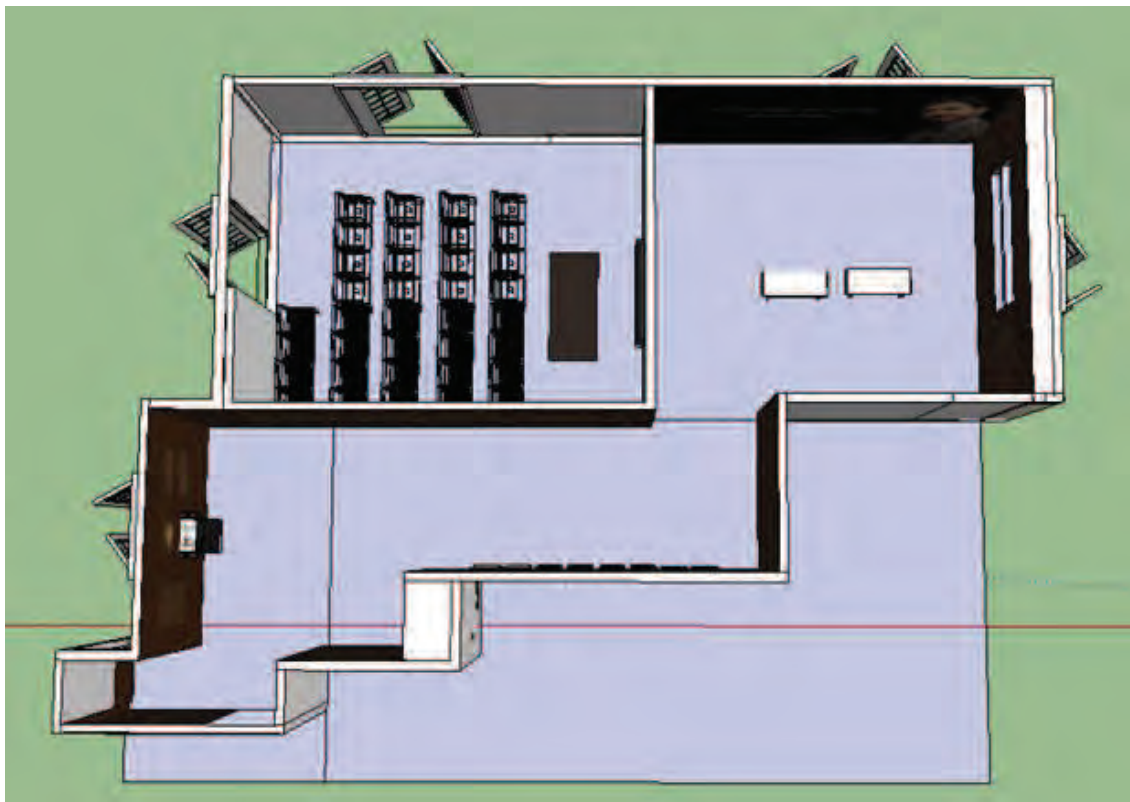


Figura 21 – percurso expográfico.

Quanto aos recursos gráficos, apresentamos as seguintes propostas: a) 11 adesivos vinílicos; b) folder³⁷ com formato aberto (15 x 42cm) e folder fechado(15 x 14cm), ambos em papel couchê fosco, 150g/m², 4/4 cores), acabamento com 2 dobras; c) 1 Placa em PVC para sinalizar a entrada da exposição (no formato 3,30 x 1,2m); d) Banner vinílico (no formato 2,05 x 1,2m, em lona vinílica e acabamento em madeira e corda); e) 14 Etiquetas – papel Pluma ou Foam board (15 x 10cm).

Assim, a narrativa expográfica apresentada acima buscou representar, no âmbito da Museologia, a memória institucional e a missão da ADPF na atualidade, por meio do acervo do Centro de Memória e de iniciais estudos acerca da memória oral de seus associados.

Por fim, é importante ressaltar que, sendo ou não o CM-ADPF uma instituição museal, a atuação museológica neste espaço se justifica, visto que a Museologia é a ciência que analisa e interpreta o patrimônio e a memória por

³⁷ Utilizado para divulgar e disponibilizar maiores informações sobre a exposição.

meio das ações de pesquisa, preservação, documentação e comunicação, junto à sociedade. A partir de tal perspectiva, é fundamental lembrar, conforme abordado no Capítulo 1 deste trabalho, que a atuação do profissional museólogo não se restringe aos espaços museais. Enquanto trabalho experimental no campo da Museologia, este estudo demonstra ser possível articular reflexões sobre objetos, exposições e pesquisa em centros de memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo ser a Museologia uma área do conhecimento que estuda a relação do homem com a realidade e que tem a instituição museu como sendo um dos seus espaços de reflexão, este trabalho pretendeu apresentar uma proposta de aplicação de um modelo teórico de concepção museológica em uma instituição não museal: o Centro de Memória da ADPF. O “fazer museológico” extrapola as instituições museais, abrangendo locais que desenvolvem pesquisa, a preservação e a comunicação de patrimônios. No caso apresentado, abordamos a preocupação da preservação da memória institucional da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

Atualmente, a atuação museológica tem se expandido, não mais se restringindo às instituições museais. Contudo, os estudos no campo da Museologia confundem-se às reflexões sobre a origem dos museus, assim como abordamos no primeiro capítulo deste trabalho. Todavia, ainda que não exista consenso sobre o objeto de estudo da museologia nem o marco de surgimento dos museus – alguns creditam que seriam desde o *Mouseion*, outros somente após o surgimento do colecionismo - podemos afirmar que os museus são locais de representação cultural e que a Museologia realiza estudos sobre os museus e patrimônios, estando este último fora da esfera dos museus, podendo ser assim definidos fora da esfera dos museus.

No que tange à Museologia, para Mensch¹, a Museologia não possui um objeto de estudo definido, e sim “tendências de conhecimento”.

- a) - a Museologia como o estudo das finalidades e da organização dos museus.
- b) - a museologia como estudo da implementação e integração de um número básico de atividades envolvendo a preservação e o uso da herança cultural e natural. 1 - no contexto da instituição museu; 2 - independentemente de quaisquer instituições;
- c) - a museologia como o estudo: 1 - dos objetos museológicos ; 2 - da musealidade, isto é, uma qualidade distintiva dos

¹ MENSCH, Peter van. O objeto de estudo da Museologia. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994

objetos de museu; d) - a museologia como estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade².

A partir deste entendimento de museologia, escolhemos como estudo de caso uma instituição que trabalha com a memória, preservação e comunicação, mas que não se define como museu. Para este caso, entendemos ser importante a elaboração de um projeto expográfico para o referido Centro de Memória, uma vez que a exposição exercerá a função de mediação entre o público-alvo e o CM-ADPF.

A expografia apresentada serve como uma sugestão, baseada na teoria museológica, podendo ser ou não implantada pela instituição. Ela requer uma ampla discussão da equipe técnica do CM-ADPF e da diretoria da ADFP, enquanto trabalho minucioso que deve abranger a maior quantidade possível de profissionais. Para tanto, demandaria um tempo maior de pesquisa e estudo para a sua concepção.

No âmbito da importância social do fazer museológico, vale ressaltar a importância da preservação da memória, sejam em instituições públicas ou privadas, com ou sem apoio governamental. A preservação da memória, a partir de registros materiais e imateriais, tem papel fundamental na transmissão de valores, ou até a sua descontinuidade, lembrando outra característica intrínseca às exposições, a seleção do que é transmitido e a forma em que é apresentado. Em nosso objeto de estudo, a exposição objetivou o resgate à história da Associação e a valoração dos associados que tornaram possíveis as realizações da ADFP, em seus 37 anos de existência.

Sugere-se que, antes de ser implantado, o projeto seja revisado a partir da mobilização dos sócios da Associação - incluindo diretoria, técnicos, e-delegados e familiares - buscando desenvolver um projeto em conjunto. Com a participação do público-alvo da exposição no processo de concepção, através de pesquisas de opinião, antes mesmo da montagem, seria possível

² MENSCH, Peter van. O objeto de estudo da Museologia. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994, passim.

aprofundar os estudos sobre o tema da exposição. Tal proposta entende que o público deve fazer parte do processo de concepção museológica, tornando possível o que Cury chamou de “definição da(s) chave (s) intelectual(is) e emocional(is) que permitiriam uma participação interativa do público, a partir da visão da experiência do público”³.

³ CURY, Marília Xavier. **Exposição**. Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2008, P. 104

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Marcelo Matos, BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Exposição Museológica : uma linguagem para o futuro. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 12-17, dez. 1989.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira, 2007, p. 147. Apud CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. P. 25 – 42. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_11.pdf> Acesso em: 20 de out. de 2013.

CAMACHO, Carla. Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos. **Temas de Museologia**. Lisboa, 2007.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma Teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 12, n. 1, p. 237-268, 2004.

CERAVOLO, Suely Moraes. **Tecendo interfaces teóricas e metodológicas por sobre o conceito Museologia**: o exercício de uma tese. Rio de Janeiro: MAST Colloquia. 2009.

CHAGAS, Mario de Souza. **Museália**. Rio de Janeiro: JCEDITORA, 1996. _____. Memória e poder: dois movimentos. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades, Lisboa. 2000.

CORAIOLA, Diego Maganhotto. Importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica em Administração no Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, n. 2, 2012.

CURY, Marília Xavier. **A importância das coisas**: Museologia e museus no mundo contemporâneo. In: Um século de conhecimento. 2011

CURY, Marília Xavier. **Exposição**. Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2008.

CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. 2009, p. 29. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_11.pdf> Acesso em: 10 de outubro de 2013.

FERREIRA FILHO, Raimundo Mendes; CAMPOS, Regina Célia de C. **Projeto Centro de Memória-ADPF** (inédito). Brasília. 2013.

FONTANELLI, Silvana A. **Centro de Memória e Ciência da Informação**: uma Interação necessária. 105f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Escola de comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

FRANCO, Maria Ignez Mantovani. Processos e métodos de planejamento e gerenciamento de exposições In: 3º Fórum Nacional de Museus. **Planejamento e organização de exposições** (Parte II). 2008 [Slides em Powerpoint/ PDF, pp.1-31]. Disponível em:

<<http://www.difusaocultural.ufrgs.br/admin/artigos/arquivos/Planejamentoeorganizacaoexposicoes2.pdf>> Acesso em: 10 de out. de 2013.

GAGETE, Élida; TOTINI, Beth. **Memória empresarial**, uma análise da sua evolução. In: MEMÓRIA de empresa: História e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004.

GIRAUDY, D.; BOUILHET, H. **O museu e a vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. **Entre cenografias**: o museu e a exposição de arte no século XX. Edusp, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. trad. Laís teles Benoir. São Paulo: centauro, 2004.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Manual de museología**. Madrid: Editorial Síntesis, 2001.

HERREMAN, YANI. Exposição, Exibições e Mostras. In: Boylan, Patrick J. (ed). Como Gerir um Museu: Manual Prático. ICOM, p. 99-101, 2004,

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012

MAGALDI, Monique Batista. **Navegando no museu virtual. Um olhar sobre formas criativas de manifestação do fenômeno Museu**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2010

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à Museologia Moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/ulpiano2_0.pdf>. Acessado em: 26 de set. de 2013.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994

MOLES, Abraham A. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1972.

NASSAR, Paulo (Coord.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações.** São Paulo: Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo: PUC, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia/** Dominique Poulot; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. –Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SANTOS, M.. Capítulo III - Processo museológico: critérios de exclusão. **Cadernos de SocioMuseologia** Centro de Estudos de SocioMuseologia, América do Norte, 18, Jun. 2009.

SCHEINER, Teresa C. MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO: um campo de saber em movimento. In: ICOFOM LAM 2012: termos e conceitos da Museologia: museu inclusivo interculturalidade e patrimônio integral: **documento de trabalho do 21º Encontro Regional.** / Organização Teresa C. M. Scheiner, Marcus Granta, Maria Amélia G. de Souza Reis, Gladys Barrios Ambrocy. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

SCHEINER, Teresa C. MUSEU, MUSEALIDADE E MUSEALIZAÇÃO: TERMOS EM CONSTRUÇÃO E EXPANSÃO. In: ICOFOM LAM 2012: termos e conceitos da Museologia: museu inclusivo interculturalidade e patrimônio integral: **documento de trabalho do 21º Encontro Regional.** / Organização Teresa C. M. Scheiner, Marcus Granta, Maria Amélia G. de Souza Reis, Gladys Barrios Ambrocy. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

SCHEINER, Tereza Cristina. Criando realidades através de exposições. Rio de Janeiro: MAST Colloquia. 2009.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Museologia e patrimoniologia: reflexões.** Rio de Janeiro: MAST Colloquia. 2009.

SCHEINER, Tereza. **Museologia e Patrimônio Intangível: A experiência virtual.** In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO INTANGÍVEL. ICOFOM LAM, Montevideu, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, p. 217, 2001.

WORCMAM, Karen. **Memória do futuro: um desafio.** In: MEMÓRIA de empresa: História e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004.

ANEXO A

(Textos da exposição)

Texto (Parede 1)**Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal**

O estabelecimento da ADPF, antigo sonho dos Delegados Federais, foi iniciado no dia 16 de setembro de 1976. Para tal, se reuniu extraordinariamente um grupo composto por 35 Inspetores e Delegados de Polícia Federal no auditório da Academia Nacional de Polícia (ANP). A Associação almejava a defesa dos interesses de classe e o estímulo à união da mesma em prol de interesses comum. O objetivo foi finalmente concretizado um mês após a primeira reunião, no dia 29 de outubro de 1976, com a fundação da Associação dos Delegados de Polícia Federal.

A ADPF, hoje, tem como missão aprimorar a instituição policial, sua doutrina, normas e princípios de atuação funcional, além de trabalhar em defesa dos direitos dos delegados e suas reivindicações.

Texto (Parede 3)

Regionais

A história das regionais esteve sempre agregada à fundação da ADPF. Pela própria característica de seus associados, pela abrangência e extensão numérica dos policiais federais em todo o território brasileiro, e por causa deste contingente significativo para compor como futuros associados, foi inevitável a criação das *Regionais*, para melhor distribuir, descentralizar e universalizar as metas e ideais da recém-criada Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

Os primeiros registros sobre as regionais são relatados nos documentos históricos de 1976 à 1978, de modos espaçados e incompletos, mais já configurando a importância da articulação dos associados pioneiros, quando buscavam mobilização nos estados e regiões brasileiras para realizarem as primeiras eleições da ADPF.

Texto (Parede 4)**Expansão Geográfica**

O Processo inicial de desenvolvimento e expansão geográfica da ADPF foi gradativo, cheio de percalços, experiências e situações próprias de uma instituição em início de caminhada. A mesma se apresentava com dificuldades e limitações de ordem políticas, sociais e principalmente econômicas do contexto da década de 70.

Porém, a ADPF teve neste período, apoio moral e material incondicional de membros do Departamento de Polícia Federal e órgãos do GDF, com respaldo do Ministério da Justiça, para adquirir por meio de locação, como cessão de empréstimo, seu primeiro imóvel-sede situado nas EQS 208/408. Anos após, recorrem mais uma vez ao empréstimo de locação de imóvel situado desta vez nas EQS 212/412, e contado com apoio do Ministério da Justiça-Departamento de Polícia Federal.

Texto (Parede 7)

1976 - A Associação foi fundada no dia 29 de outubro de 1976.

1977 - Concurso Nacional de Logotipo para a escolha de um símbolo que representasse a Associação; a criação da Medalha de Ordem do Mérito de Tiradentes; Apresentação de um novo estatuto; Criação da bandeira oficial; Reconhecimento público como sociedade civil..

1978 - O Departamento de Assistência Judiciária passou a promover contato e credenciando advogados para, eventualmente, prestarem alguma assistência aos Delegados. A assistência médica hospitalar também foi implantada.

1979 - Discussão em Assembleias sobre a aquisição de uma sede própria para a entidade.

1980 - Aplicação de recursos na ADPF para o aumento de sua capacidade financeira; adoção de mais medidas de assistência medicinal aos associados e providências para a reformulação do Estatuto da Associação.

1983 - Proposta de união entre a ADPF com os Agentes de Polícia Federal - APF, para unirem esforços na luta pelo bem comum da classe.

1984 – Firmação de vários convênios feitos em favor dos associados e em razão da difícil situação financeira do policial foi feito um memorial reservado aos Ministros Danilo Venturini e Ruben Ludwig, do Gabinete Militar, e Octávio Medeiros, do SNI, expondo a atuação do DPF, sua importância no contexto nacional e sugerindo que sua subordinação seja direta ao Presidente da República.

1985 - Elaboração de um levantamento dos dados estatísticos sobre as atividades do DPF, para distribuir aos órgãos de imprensa e ao público, como a finalidade de esclarecer e diminuir a imagem negativa do órgão perante a opinião pública.

1986 - Criação do Fundo Especial de Reequipamento e Custeio de Operações Policiais, que seria mantido com dinheiro arrecadado com leilões dos produtos apreendidos.

1988 - Lançamento do primeiro número da Revista ADPF, que manteve esse nome até a edição número 04 no ano de 1990, passando posteriormente a se chamar Revista Prisma.

1989 - Em março de 1989, foi lançado o Boletim Síntese. O antigo informativo mensal e impresso, de circulação interna, manteve este nome até 2008, quando então passou a circular de forma online, semanalmente, com o nome de Linha Direta.

1991 - Em busca de melhorias da categoria, O Conselho Diretor da ADPF apresentou ao Presidente da República um diagnóstico do Departamento de Polícia Federal. Também, reconhecendo ser esta uma questão de justiça, a ADPF obteve liminar que garante o pagamento dos proventos integrais de todos os federais aposentados.

1992 - Realização do I Encontro Nacional das Delegadas de Polícia Federal.

1993 - O Conselho-Diretor promoveu encontros, recadastrou seus membros e, para dinamizar bem o processo e torna-lo confiável, informatizou a administração.

1994 - ADPF conseguiu excluir do abatimento do teto a gratificação de Operações Especiais (GOE), no que auferia uma quantia no contracheque do delegado, no que ajuda a aproximação de vencimentos mais dignos. Outro feito importante foi a retirada do quinto (1/5) do teto para aqueles que exercem uma função gratificada há mais de 10 anos.

1995 - O velho sonho dos delegados de Polícia Federal foi finalmente realizado, ter um profissional de carreira assumindo a direção do Departamento de Polícia Federal (DPF). No Dia 21/02/1995, Vicente Chelotti assumiu a direção sob intensos aplausos dos presentes á solenidade.

Com início de nova gestão, o Conselho Diretor da ADPF, preocupado em democratizar ao máximo a administração da Entidade, determinou a descentralização administrativa, em benefício da classe.

1996 - A ADPF realizou gestões junto ao Ministro da Justiça e à Direção do DPF com vistas à viabilização do concurso público para reforçar os quadros da Polícia Federal, almejando melhoria ao setor e democratizando o acesso.

1998 - 1º Encontro de Diretores regionais com o Conselho Diretor da ADPF.

2001 - Demonstrando a importância da Associação, o Ministro da Justiça à época, Renan Calheiros, aceitou sugestões apresentadas pelo Conselho Diretor da ADPF, entre as quais a criação da Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal.

2003 - Em prol defesa da Previdência Social Pública, a ADPF se mobilizou contra a tentativa do governo de emplacar uma Reforma que violava a Constituição e os direitos adquiridos dos servidores.

2004 - Em abril de 2004 a ADPF recebeu o prêmio Quality. O prêmio, que foi instituído pela International Quality Service e pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração, tem como objetivo reconhecer, distinguir e premiar a gestão de empresas e instituições que se destacam no mercado brasileiro, cuja excelência na qualidade de seus produtos ou serviços contribui efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico do país, valorizando o produto nacional.

2005 - Em prol da entidade, a Associação participou de todas as etapas de negociação do aumento salarial para a PF.

2006 - A Associação defendeu a importância de se preservar as competências da Polícia Judiciária, no STJ.

2007 - Participação da elaboração da Lei Orgânica da Polícia Federal.

2008 - Criação da Comissão de Prerrogativas, posteriormente transformada em Diretoria e da Comissão de Aposentados e Pensionistas.

2009 - Criação do Coral da ADPF e aulas de dança na Associação.

2010 - Inauguração da nova sede da ADPF.

2012 – Realização do I Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas.
Realização do primeiro concurso de artigos científicos.

2013 - Foi lançado o Projeto Memória com o objetivo de preservar a história da ADPF.

Texto (Parede 8)

Revista Prisma

Lançada em 1988, a Revista, que era intitulada Revista ADPF em seus primeiros quatros anos, tinha o intuito de resgatar a memória dos associados que no ano de 1976 conseguiram realizar um antigo sonho de todos os Delegados de Polícia Federal: a fundação da entidade.

A Revista Prisma, com mais de 75 edições publicadas, hoje traz as notícias da Associação e os principais assuntos sobre a Polícia Federal. A revista é distribuída gratuitamente a todos os associados, pensionistas, e órgãos do poder público como: Presidência da República, Vice-Presidência da República, Casa Civil, todos os Ministérios e demais Secretarias da hierarquia do Poder Executivo, assim com autoridades civis e eclesiásticas.

Boletim Síntese

Em março de 1989, o delegado Jaime Rubstem, então presidente da ADPF, lançava o Boletim Síntese. O informativo mensal e impresso, de circulação interna, vigorou até 2008, quando então passou a circular de forma online, semanalmente, com o nome de Linha Direta.

Portal ADPF

No novo Portal, os canais de comunicação abrangem links com as redes sociais (facebook, twitter, Skype, youtube), e as informações produzidas para o site, como: notícias internas e externas nas áreas de segurança, sociais, educativas das atividades meio e fim da ADPF. O site é alocado no endereço: www.adpf.org.br.

Texto (Parede 9)

FICHA TÉCNICA

Exposição

ADPF, 37 anos em prol dos associados e da Polícia Federal

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação – MEC

Aloizio Mercadante

Presidente da ADPF

Marcos Leôncio Sousa Ribeiro

Vice-presidente

Getúlio Bezerra

Curadoria

Isabela Sousa Curvo

Colaboração

Monique Magaldi

Brasília

2013

ANEXO B

(Etiquetas)

TROFÉU

1º Campeonato Brasileiro de Futebol para Delegados de Polícia.

Macapá/AP, s/data

TROFÉU

Prêmio Quality Brasil

Brasília/DF, 2004

TROFÉU

V Curso de Atualização em bombas e explosivos.
Realização SR/DPF/SC.

Florianópolis/SC, 1999.

TROFÉU

IV Congresso Nacional dos Policiais Federais

Goiânia/GO, 1996.

TROFÉU

IV Congresso Nacional dos Delegados de Policia Federal

Fortaleza/CE, 2009.

TROFÉU

IV Congresso Nacional dos Delegados de Policia Federal

Fortaleza/CE, 2009.

TROFÉU

VII Jogos Nacionais de Integração da Polícia Federal

Natal/RN, 2000.

MEDALHA

Mérito Tiradentes

ADPF, s/data

ENFEITE

IX Encontro dos Diretores Regionais da ADPF

Brasília/DF, 2010.